



Nota Explicativa:

O POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, estipula como documentos de Prestação de Contas:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexo às demonstrações financeiras;
- Relatório de Gestão.

Nesta conformidade, apresenta-se o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2014, elaborado de acordo com as normas estabelecidas no referido diploma, procurando traduzir fielmente a execução orçamental e patrimonial dos documentos previsionais, bem como a situação económica e financeira do Município de Mirandela.

O presente Relatório inicia-se com uma breve caracterização da entidade, seguindo-se a informação orçamental em que se procura clarificar a origem das receitas e despesas, bem como analisar o grau de execução dos valores previstos no Orçamento e Opções do Plano. Posteriormente é apresentada a análise patrimonial do Balanço e Demonstração de Resultados, finalizando-se com a demonstração do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, conforme estipulado no n.º 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro - Lei das Finanças Locais, e no artigo 86.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais.

1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - Identificação



A 25 de maio de 1250, o Rei D. Afonso III deu Carta de Foral a Mirandela, documento constante da chancelaria de El Rei D. Afonso III, Livro 2 de doações, fls 67 v, tendo esse documento o seguinte teor:

Aos moradores de Mirandela ffloral que lhes elrey dom Afonso conde de Bolonha concedeo etc – A. Dei gratia rex Port. Comes Bolon. amnibus has litteras inspecturis salutem. Noveritis quod ego pono cum hominibus de Mirandela et de sue termino quod de quolibet casato dent mihi quolibet anno vel meo Ricohomini vel cui ego mandavero sex sólidos legion. Pró collectis deparatis in ominibus regalibus. Intret meyrinus meus secundum fórum et consuetudinem de Blagancia pró omnibus suis dum foris et juribus et demandis. Dante apud Vimaranus manadante Rege per V. Didaci et R. Petri superjudices. VIII kalendas junii. E^a M^o CC^a LXXXVIII.

A 16 de maio de 1984, foi aprovada a elevação de Mirandela a cidade, passando a partir desse ano a ser comemorado o dia 25 de maio como Feriado Municipal.

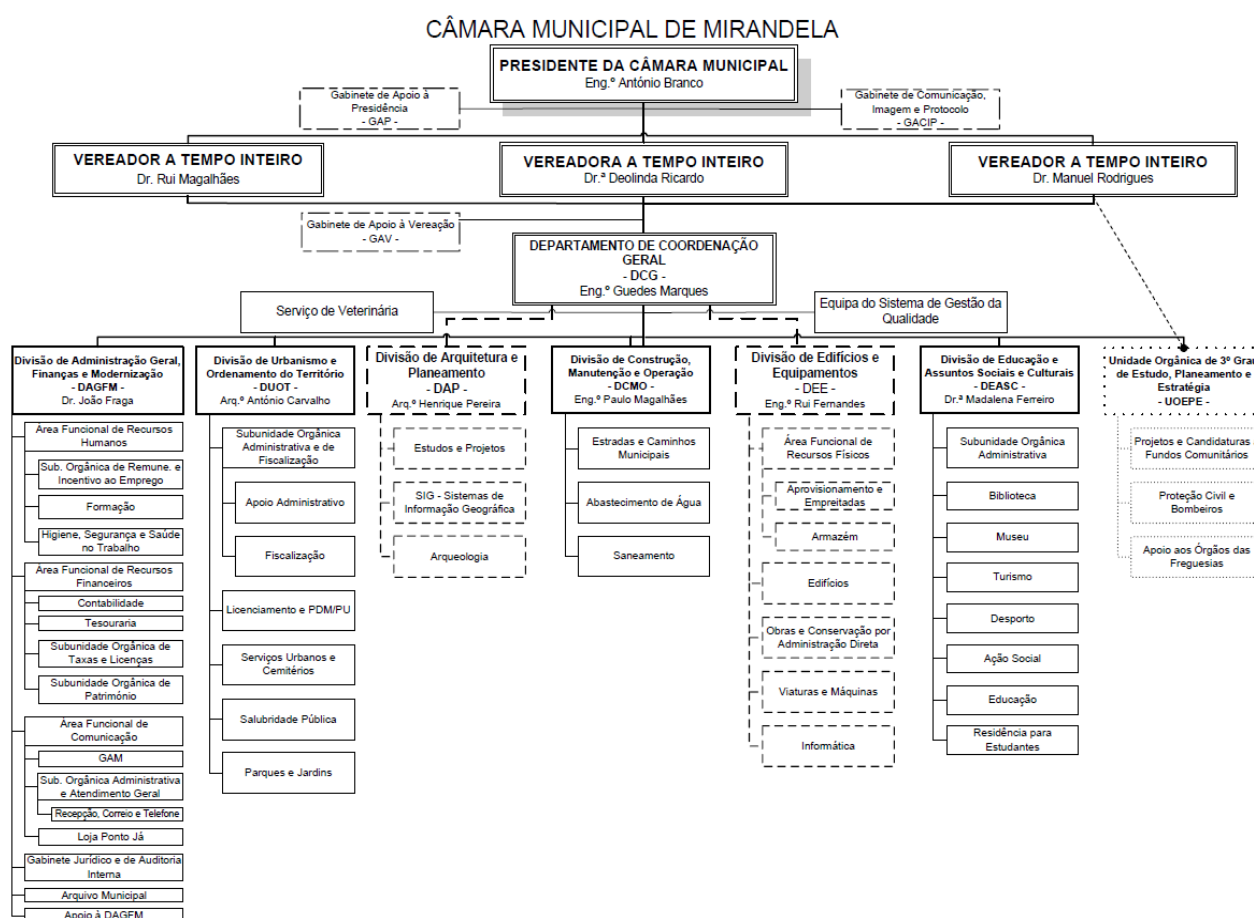
Situado no centro geográfico da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, mais concretamente na denominada Terra Quente Transmontana, o concelho de Mirandela tem, segundo os censos de 2011, uma população residente de 23.850 habitantes e uma superfície de 659 Km², distribuída, conforme Reforma da Administração Local, por vinte e cinco freguesias e cinco uniões de freguesias, respetivamente, Abambres, Abreiro, Aguieiras, Alvites, Bouça, Cabanelas, Caravelas, Carvalhais, Cedães, Cobro, Fradizela, Frechas, Lamas de Orelhão, Mascarenhas, Mirandela, Múrias, Passos, São Pedro Velho, São Salvador, Suções, Torre Dona Chama, Vale de Asnes, Vale de Gouvinhas, Vale de Salgueiro, Vale de Telhas e união das freguesias de Avantos e Romeu, união das freguesias de Franco e Vila Boa, união das freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira, união das freguesias de Freixeda e Vila Verde e união das freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa.



1.2 - Estrutura Orgânica

O Município de Mirandela é uma pessoa coletiva de direito público - N.I.P.C. 506 881 784 / C.A.E. – 84113, exercendo as atribuições conferidas por lei às autarquias locais. A Câmara Municipal é o órgão executivo, reunindo-se quinzenalmente no Salão Nobre do Palácio dos Távoras, estando o regime jurídico de funcionamento definido na Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, e as suas competências definidas no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 25 bem como às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, designadamente quanto ao previsto nos art.ºs 7.º, 8.º e 9.º, por deliberação da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2012, sob proposta aprovada pela Câmara Municipal em de 17 de dezembro de 2012, procedeu-se à adequação da estrutura orgânica da Câmara Municipal, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, ficando a macro estrutura assim constituída:



2 – Análise Orçamental

2.1 – Execução Global do Orçamento

O Município de Mirandela aprovou o seu Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2014 com um valor total de 34.899.545,00 €. No entanto, tendo estes documentos um carácter previsional, foram objeto de seis modificações orçamentais, das quais resultou um orçamento corrigido de 35.571.080,27 €.

O quadro que a seguir se apresenta sintetiza a execução das receitas e das despesas, bem como o desvio face às dotações corrigidas.

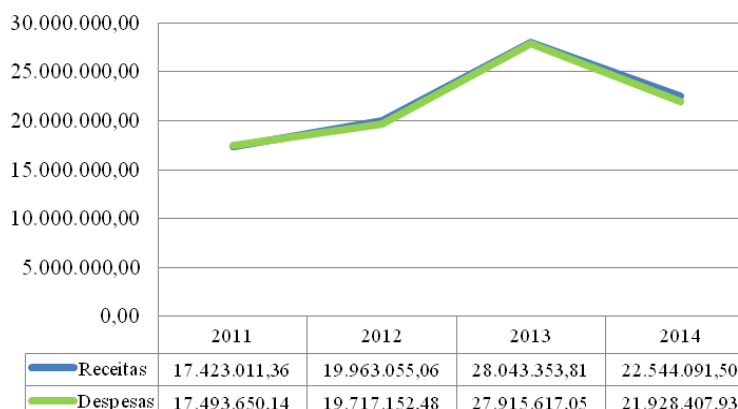
Quadro n.º 1 – Resumo da Execução Orçamental

		Dotação Corrigida	Execução	Grau Execução (%)	Desvio Orçamental (%)
Receitas	Correntes	25.732.767,00	17.770.969,51	69,06	30,94
	Capital	9.166.778,00	4.106.332,47	44,80	55,20
	Outras	671.535,27	666.789,52	99,29	0,71
Total Receitas		35.571.080,27	22.544.091,50	63,38	36,62
Despesas	Correntes	23.341.538,00	15.168.166,19	64,98	35,02
	Capital	12.229.542,27	6.760.241,74	55,28	44,72
Total Despesas		35.571.080,27	21.928.407,93	61,65	38,35

A taxa de execução global do orçamento do exercício em análise foi superior a 61%, sendo que a receita foi executada em 63,38% e a despesa paga representou 61,65% do valor previsto. Conforme se pode observar pela análise do Quadro n.º 1, as receitas correntes foram superiores às despesas correntes, tendo-se registado uma poupança corrente de 2.602.803,32 €. Salienta-se que a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, estabelece no artigo 40.º que *a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos*, considerando que o valor de amortizações médias do Município é de 1.447.494,20€, verifica-se que foi cumprida esta regra de execução orçamental.

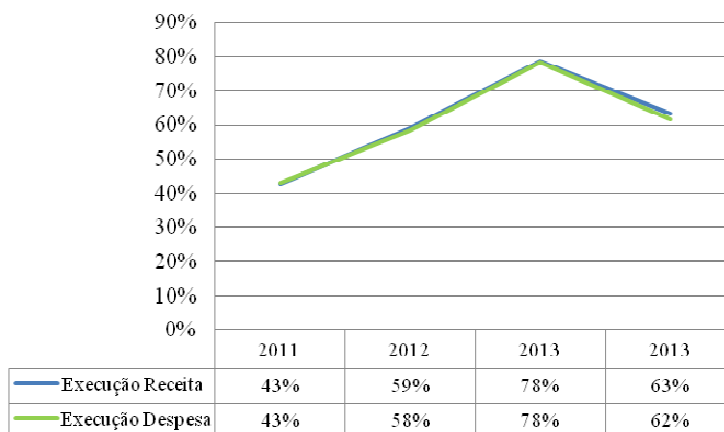
O Gráfico que a seguir se apresenta ilustra a execução das receitas e das despesas nos últimos quatro anos, verificando-se uma evolução positiva, que atingiu o seu expoente máximo no exercício de 2013, devido, essencialmente, à contratação do empréstimo para saneamento financeiro no montante de 7.600.000,00 € que, se por um lado aumentou a receita, por outro, permitiu também o aumento da despesa através da realização de pagamentos aos diversos fornecedores.

Gráfico n.º 1 - Evolução da Execução Orçamental



Pela análise do Gráfico n.º 2, conclui-se que a diferença entre os valores orçados e executados tem diminuído ao longo dos anos, excluindo-se o ano de 2013, por representar um ano atípico pelos motivos já referidos, o exercício de 2014 foi o que alcançou melhor taxa de execução.

Gráfico n.º 2 - Evolução da Taxa de Execução Orçamental



2.1.1 – Modificações orçamentais

Durante o ano de 2014 foram efetuadas seis modificações orçamentais, sendo que uma foi em forma de revisão e cinco em forma de alteração, das quais resultaram um orçamento corrigido de 35.571.080,27 €, conforme já referido.

A revisão orçamental realizou-se em cumprimento do estabelecido no POCAL, para introdução do saldo da gerência anterior (666.535,27 €) e da rubrica reposições não abatidas nos pagamentos (5.000,00 €).

O Quadro n.º 2 sintetiza as modificações orçamentais realizadas, estabelecendo a comparação entre as dotações iniciais e corrigidas.

Quadro n.º 2 – Resumo das Modificações Orçamentais

Modificações Orçamentais					
Descrição	Dotação Inicial	Reforços	Anulações	Dot.Corrigidas	Varição
Receita					
01 - Impostos Diretos	2.325.146,00			2.325.146,00	0,00
02 - Impostos Indiretos	71.207,00			71.207,00	0,00
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	349.300,00			349.300,00	0,00
05 - Rendimentos de Propriedade	1.341.000,00			1.341.000,00	0,00
06 - Transferências Correntes	17.867.330,00			17.867.330,00	0,00
07 - Venda de Bens e Serviços Correntes	3.617.784,00			3.617.784,00	0,00
08 - Outras Receitas Correntes	161.000,00			161.000,00	0,00
Total Receitas Correntes	25.732.767,00	0,00	0,00	25.732.767,00	0,00
09 - Venda de Bens de Investimento	725.000,00			725.000,00	0,00
10 - Transferências de Capital	8.261.778,00			8.261.778,00	0,00
13 - Outras Receitas de capital	180.000,00			180.000,00	0,00
Total Receitas de Capital	9.166.778,00	0,00	0,00	9.166.778,00	0,00
15 - Reposições Não Abatidas Pagamentos	0,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00
16 - Saldo da Gerência Anterior	0,00	666.535,27		666.535,27	666.535,27
Total Outras Receitas	0,00	671.535,27	0,00	671.535,27	671.535,27
Total da Receita	34.899.545,00	671.535,27	0,00	35.571.080,27	671.535,27
Despesa					
01 - Despesas com Pessoal	6.968.100,00	225.500,00	254.000,00	6.939.600,00	-28.500,00
02 - Aquisição de Bens e Serviços	13.887.220,00	633.600,00	1.351.500,00	13.169.320,00	-717.900,00
03 - Juros e Outros Encargos	1.232.718,00	58.000,00	20.000,00	1.270.718,00	38.000,00
04 - Transferências Correntes	1.621.400,00	180.500,00	257.000,00	1.544.900,00	-76.500,00
05 - Subsídios	140.000,00	112.000,00	0,00	252.000,00	112.000,00
06 - Outras Despesas Correntes	105.000,00	60.000,00	0,00	165.000,00	60.000,00
Total Despesas Correntes	23.954.438,00	1.269.600,00	1.882.500,00	23.341.538,00	-612.900,00
07 - Aquisição de Bens de Capital	8.070.807,00	2.786.535,27	1.246.700,00	9.610.642,27	1.539.835,27
08 - Transferências de Capital	1.377.400,00	111.100,00	334.000,00	1.154.500,00	-222.900,00
09 - Ativos Financeiros	45.000,00	0,00	35.000,00	10.000,00	-35.000,00
10 - Passivos Financeiros	1.446.900,00	2.500,00	0,00	1.449.400,00	2.500,00
11 - Outras Despesas de Capital	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Total Despesas Correntes	10.945.107,00	2.900.135,27	1.615.700,00	12.229.542,27	1.284.435,27
Total da Despesa	34.899.545,00	4.169.735,27	3.498.200,00	35.571.080,27	671.535,27

Relativamente às despesas, a maior redução verificou-se na rubrica de aquisição de bens e serviços correntes (-717.900,00 €), seguida da rubrica de transferências de capital (-222.900,00 €). Em contrapartida a rubrica que sofreu maior reforço foi a aquisição de bens de capital (1.539.835,27 €), devido essencialmente à intervenção iniciada no edifício do Complexo Cultural e à construção do Campo Desportivo da Reginorde.

2.1.2 – Fluxos de Caixa

O mapa dos Fluxos de Caixa, que constitui um dos documentos obrigatórios da Prestação de Contas, retrata todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício económico, quer se reportem à execução orçamental quer a operações de tesouraria, evidenciando ainda os saldos iniciais e finais.

Quadro n.º 3 – Resumo dos Fluxos de Caixa

Saldo da Gerência Anterior	
Execução Orçamental	666.535,27
Operações de Tesouraria	972.433,26
Receita	
Receita Corrente	17.770.969,51
Receita de Capital	4.106.332,47
Outras Receitas	254,25
Operações de Tesouraria	1.366.046,60
Despesa	
Despesa Corrente	15.168.166,19
Despesa de Capital	6.760.241,74
Operações de Tesouraria	1.510.855,86
Saldo para a Gerência Seguinte	
Execução Orçamental	615.683,57
Operações de Tesouraria	827.624,00

As entradas de fundos ascenderam a 23.243.602,83 €, dos quais 1.366.046,60 € representam receitas não orçamentais, ou seja, cobranças que o Município realiza para entregar a terceiros. Os pagamentos realizados durante o ano de 2014 totalizaram 23.434.263,79 €, correspondendo 1.510.855,86 € a pagamentos de operações de tesouraria.

Considerando o saldo inicial, bem como todos os recebimentos e pagamentos orçamentais realizados, apurou-se um saldo orçamental para o exercício de 2015 de 615.683,57 €.

2.1.3 – Indicadores Orçamentais

O Quadro n.º 4, apresenta os indicadores de natureza orçamental dos últimos quatro anos.

Quadro n.º 4 – Indicadores de Natureza Orçamental

Rácios	2011	2012	2013	2014
Receita				
Crescimento da receita	-12,5%	14,6%	40,5%	-22,0%
Receitas correntes / receitas totais	75,9%	73,8%	61,0%	81,2%
Transferências correntes / receitas correntes	58,6%	53,8%	59,5%	55,7%
Impostos diretos / receitas correntes	14,1%	16,7%	14,8%	15,4%
Despesa				
Crescimento da despesa total	-11,5%	12,7%	41,6%	-21,4%
Despesas correntes / despesa total	75,2%	77,4%	77,4%	69,2%
Pessoal / despesas correntes	53,8%	42,0%	31,1%	42,1%
Dívida à Banca				
Serviço da dívida / receitas correntes	6,6%	7,8%	8,7%	11,3%
Serviço da dívida / despesa	5,0%	5,8%	5,3%	9,2%

O decréscimo registado no total da receita e da despesa comparativamente a 2013 justifica-se pela utilização do empréstimo de saneamento financeiro nesse exercício, pois se não se considerar o montante do empréstimo, verifica-se um aumento de cerca de sete pontos percentuais.

As receitas correntes têm cada vez mais importância no total das receitas, o que se verifica devido ao aumento do Fundo de Equilíbrio Financeiro - FEF de natureza corrente em detrimento do FEF de capital.

As transferências correntes arrecadas, representam, à semelhança dos anos anteriores, mais de metade das receitas totais da Autarquia, o que evidencia uma forte dependência de fundos alheios.

O peso da despesa corrente sobre a despesa total inverteu a tendência dos últimos três anos, tendo registado um decréscimo, o que demonstra a preocupação de controlar o nível da despesa corrente, bem como da realização de investimentos, salientando-se que a despesa de capital foi a mais elevada do último quadriénio.

Relativamente ao serviço da dívida, os encargos com juros e amortização de empréstimos aumentaram em consequência do empréstimo de saneamento financeiro, o qual só teve amortização de capital em 2014, bem como do término do período de carência do empréstimo de regularização extraordinária de dívidas contratado no ano de 2009 com o Estado.

2.2 – Receita

A receita do Município é constituída na sua maioria por receitas correntes, que ao longo dos últimos anos, têm apresentado uma evolução positiva. Pela observação do Gráfico n.º 3, constata-se que a

receita de capital tem vindo a diminuir, tal como já foi mencionado, o empréstimo contratado em 2013 foi responsável na tendência apresentada pelas receitas de capital.

Gráfico n.º 3 - Evolução da Receita

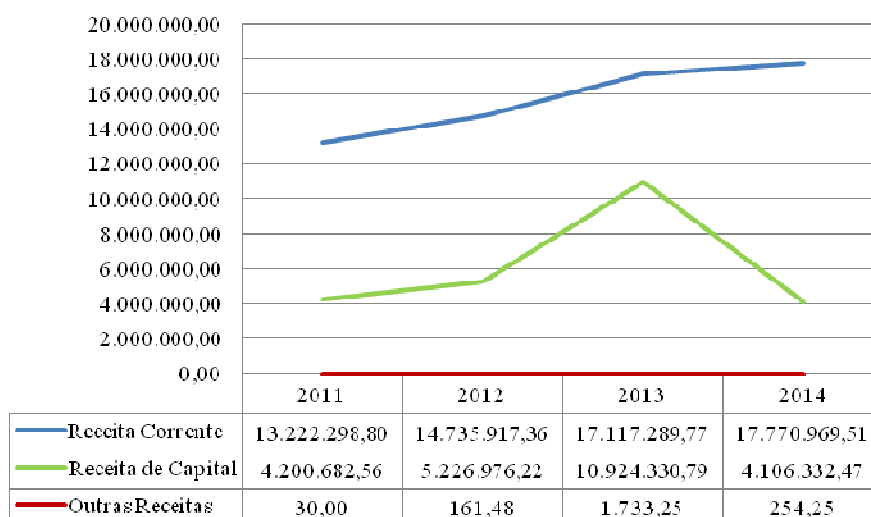
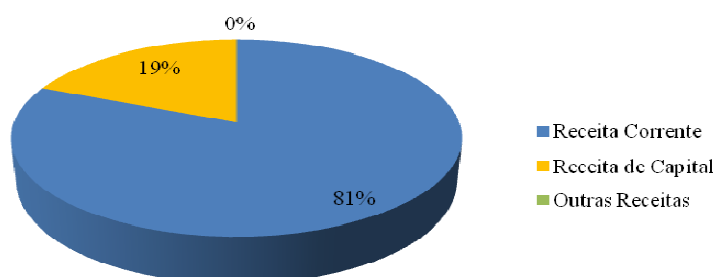


Gráfico n.º 4 - Estrutura da Receita

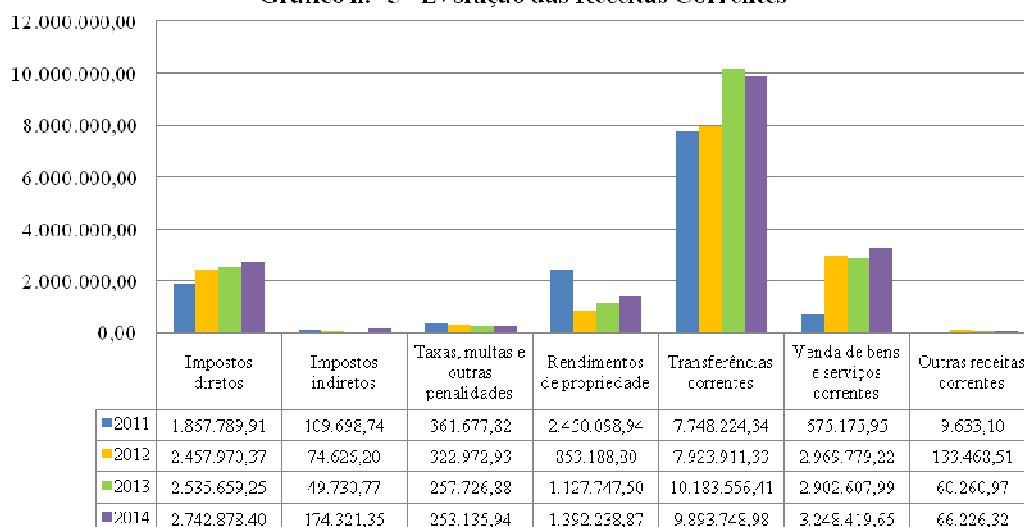


2.2.1 – Receitas Correntes

As receitas correntes foram executadas em 17.770.969,51 €, apresentando, conforme ilustrado no Gráfico n.º 3, uma evolução positiva ao longo dos últimos anos.

Relativamente ao exercício de 2013, todas as receitas aumentaram, à exceção das transferências correntes, que sofreram uma diminuição superior a 900.000,00 €, devido à cessação do Protocolo com o Ministério da Educação, no âmbito do qual era transferido para esta Autarquia o montante correspondente aos vencimentos do pessoal não docente que desempenhava funções no agrupamento de escolas e que estava sob a gestão administrativa do Município. No entanto, estas transferências serviam para financiar despesa, pelo que em termos líquidos não representavam qualquer mais-valia.

Gráfico n.º 5 - Evolução das Receitas Correntes



Quadro n.º 5 – Receitas Correntes

Descrição	Dotação Corrigida	Execução	Peso P/ Rubrica%	Execução%
01 - Impostos Diretos	2.325.146,00	2.742.878,40	15,43	117,97
02 - Impostos Indiretos	71.207,00	174.321,35	0,98	244,81
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	349.300,00	253.135,94	1,42	72,47
05 - Rendimentos de Propriedade	1.341.000,00	1.392.238,87	7,83	103,82
06 – Transferências Correntes	17.867.330,00	9.893.748,98	55,67	55,37
07 - Venda de Bens e Serviços Correntes	3.617.784,00	3.248.419,65	18,28	89,79
08 - Outras Receitas Correntes	161.000,00	66.226,32	0,37	41,13
Total das Receitas Correntes	25.732.767,00	17.770.969,51	100,00	69,06

Como se pode verificar no Quadro n.º 5 e, conforme já referido, as transferências correntes representam mais de metade do total da receita corrente, onde se destacam as transferências provenientes do Orçamento do Estado. O Quadro n.º 6 enumera as receitas correntes que o Município recebeu durante o ano de 2014.

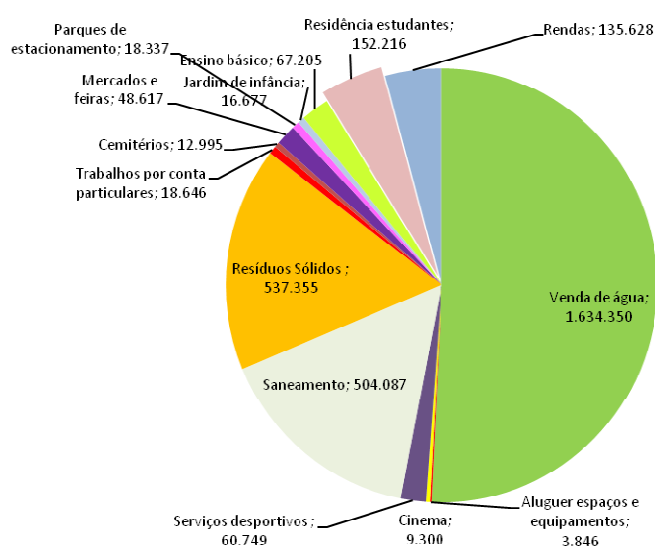
Quadro n.º 6 – Transferências Correntes Recebidas

Entidade	Descrição	Valor
Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL	FEF corrente	7.830.354,44
Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL	Fundo Social Municipal	388.212,00
Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL	Participação Fixa no IRS	549.220,00
Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL	Transportes escolares	122.382,00
Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - Norte	Financiamento de despesas do 1.º ciclo	252.472,15

Ministério da Educação e da Ciência	Protocolo de transf. competências para o Município	495.422,69
Instituto para o Desenv. da Agricultura e Pesca, IP	Subsídios agrícolas	179,79
Programa Operacional Potencial Humano	Qualificação Prof. Adm. Pública / Planos de Igualdade	81.355,16
Inst. Conservação Natureza e Florestas - Dir. Reg. Norte	Gabinete Técnico Florestal	16.820,72
Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP	Programas ocupacionais	136.841,57
Instituto da Segurança Social	Comissão de Proteção de Menores	20.488,46
Total		9.893.748,98

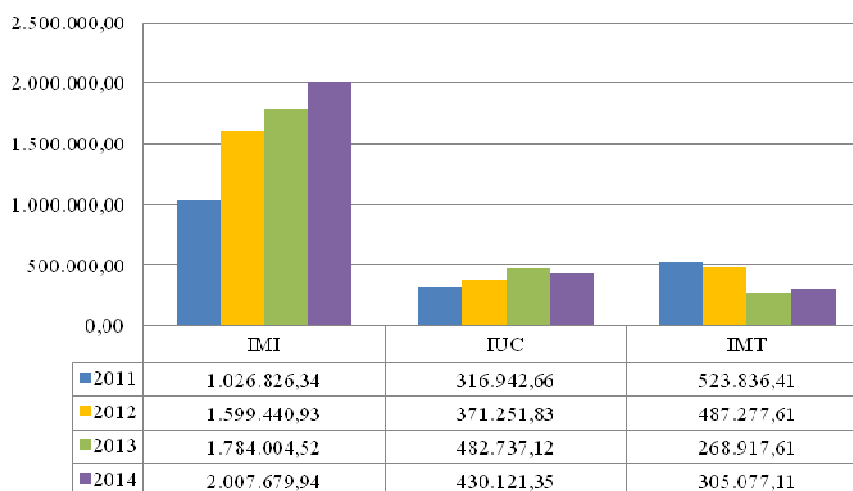
A segunda rubrica com maior peso nas receitas correntes é referente à venda de bens e serviços correntes que no final de 2014 totalizou 3.248.419,65 €, onde se destaca a receita inerente à faturação de água emitida pelo Município, que engloba a venda de água, o saneamento e os resíduos sólidos, perfazendo um total de 2.675.791,00 €, conforme se pode observar no Gráfico n.º 6.

Gráfico n.º 6 – Venda de Bens e Serviços Correntes



Os impostos diretos também se destacam no grupo das receitas correntes próprias, tal como a venda de bens e serviços correntes. No Gráfico n.º 7, verifica-se que a receita proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis tem aumentado consideravelmente. O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis tem vindo a diminuir, especialmente quando comparado com o valor recebido em 2011, consequência da conjuntura económica desfavorável que se tem verificado nos últimos anos.

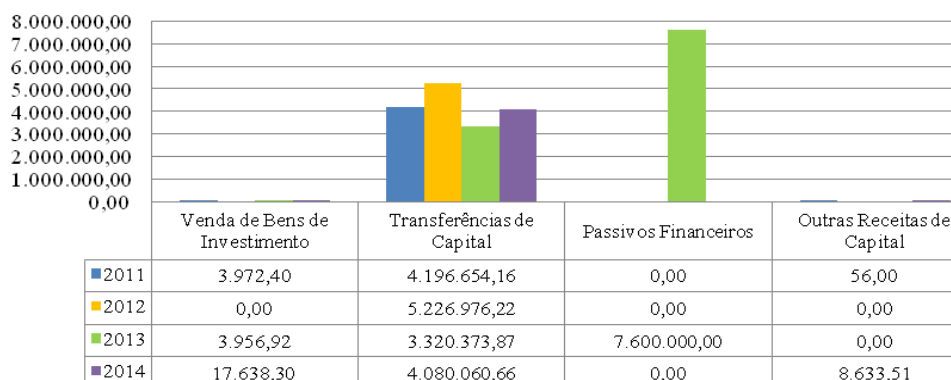
Gráfico n.º 7 - Evolução dos Impostos Diretos



2.2.2 – Receitas de Capital

As receitas de capital continuam a registar taxas de execução inferiores a 50%, à exceção do ano de 2013 devido à contratação do empréstimo para saneamento financeiro.

Gráfico n.º 8 - Evolução das Receitas de Capital



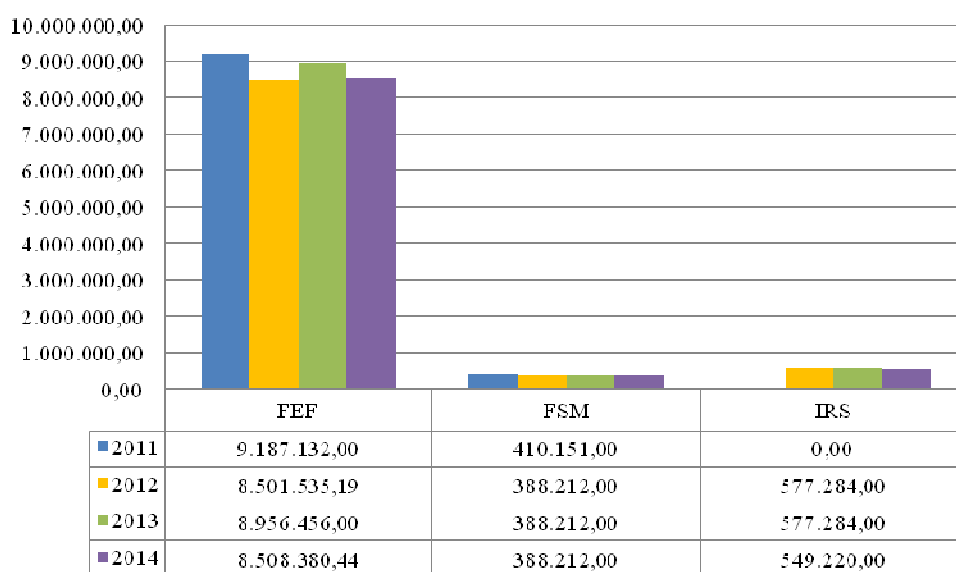
As transferências de capital representam a quase totalidade das receitas de capital, tendo registado um aumento relativamente ao exercício anterior. Neste grupo de receitas destacam-se as transferências do Orçamento do Estado e as referentes à execução de projetos co-financiados.

Quadro n.º 7 – Receitas de Capital

Descrição	Dotação Corrigida	Execução	Peso P/ Rubrica%	Execução%
09 - Venda de Bens de Investimento	725.000,00	17.638,30	0,43	2,43
10 - Transferências de Capital	8.261.778,00	4.080.060,66	99,36	49,38
13 - Outras Receitas de Capital	180.000,00	8.633,51	0,21	4,80
Total das Receitas de Capital	9.166.778,00	4.106.332,47	100,00	44,80

Pela análise do Gráfico n.º 9, constata-se que, de uma forma geral, as transferências do Orçamento do Estado têm vindo a diminuir desde 2011, sendo que a maior redução incide no FEF, salientando-se que na elaboração do Gráfico n.º 9 foi considerado o valor total desse Fundo (corrente e capital), pelo que o valor correspondente à componente de capital foi de apenas 786.380,00 €. Os valores apresentados correspondem às transferências líquidas, uma vez que o FEF tem sido objeto de retenções por parte da Administração Central de acordo com o Quadro n.º 8.

Gráfico n.º 9 - Evolução das Transferências do Orçamento do Estado



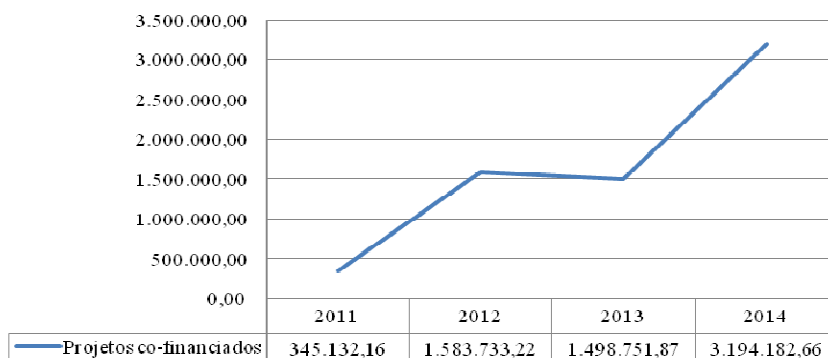
A diminuição do FEF torna-se ainda mais evidente ao analisar as retenções que tem sido alvo durante os últimos anos, pois em 2012 foram retidos quase 500.000,00 € para pagamento de dívidas do Município à ADSE, o que em 2013 e 2014 não se verificou. De salientar que a retenção sofrida em 2014 para o Fundo de Regularização Municipal (FRM), no montante de 198.996,00 €, decorreu do incumprimento do limite de endividamento no ano de 2011, conforme Despacho n.º 307/2014, de 8 de janeiro do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento - Ministério das Finanças e do Secretário de Estado da Administração Local - Presidência do Conselho de Ministros, tendo sido utilizada para pagamento de dívidas do Município, de acordo com o estabelecido no art.º 67.º da Lei n.º 73/2013.

Quadro n.º 8 – Retenções ao FEF

Descrição	2011	2012	2013	2014
DGAL	9.624,00	9.108,00	9.108,00	8.856,00
SNS	142.544,00	142.544,00	142.544,00	142.543,56
ADSE	289.506,00	496.278,81	0,00	0,00
FRM	0,00	0,00	0,00	198.996,00
Total	441.674,00	647.930,81	151.652,00	350.395,56

Conforme se pode verificar pelo Quadro n.º 7, as transferências de capital totalizaram em 2014 4.080.060,66 €, correspondendo 885.878,00 € ao FEF de capital em termos brutos e 3.194.182,66 € à comparticipação financeira de projetos co-financiados, registando um aumento de 1.695.430,79 €, devido ao esforço realizado durante o ano para execução financeira das obras financiadas em curso.

Gráfico n.º 10 - Evolução da Comparticipação de Projetos Co-financiados



2.3 – Despesa

As despesas correntes são as que maior peso têm na estrutura da despesa, no entanto as despesas de investimento têm aumentado nos últimos dois anos.

Gráfico n.º 11 - Evolução da Despesa

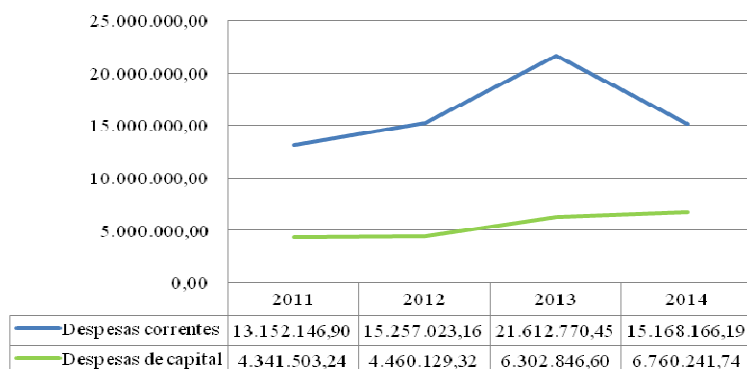
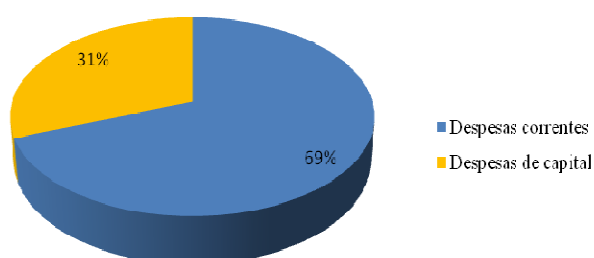


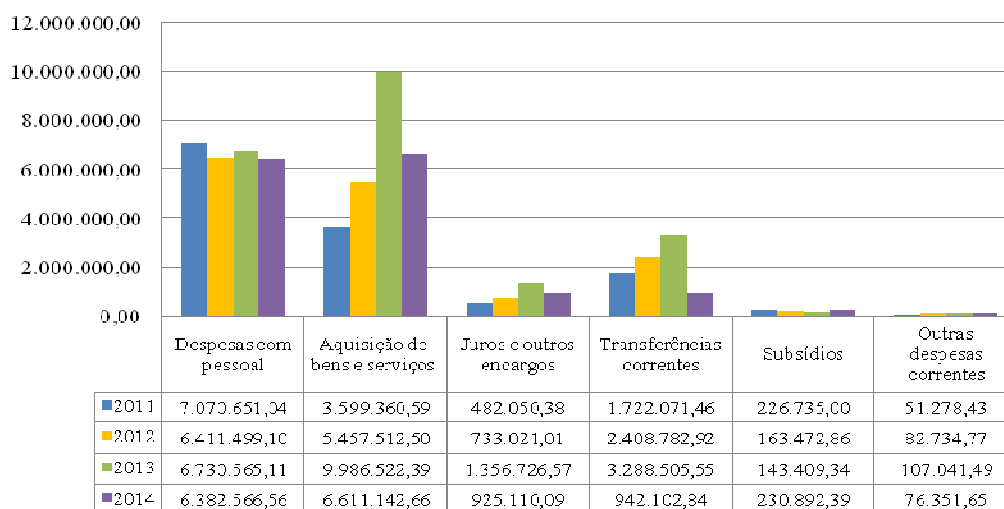
Gráfico n.º 12 - Estrutura da Despesa



2.3.1 – Despesas Correntes

Durante o exercício de 2014, as despesas correntes pagas ascenderam a 15.168.166,19 €, representando mais de metade da despesa total. Durante o último quadriénio, este grupo de despesas apresentou uma tendência decrescente, constatando-se que o grosso corresponde às despesas com pessoal afeto ao Município e à aquisição de bens e serviços inerentes à atividade autárquica.

Gráfico n.º 13 - Evolução das Despesas Correntes



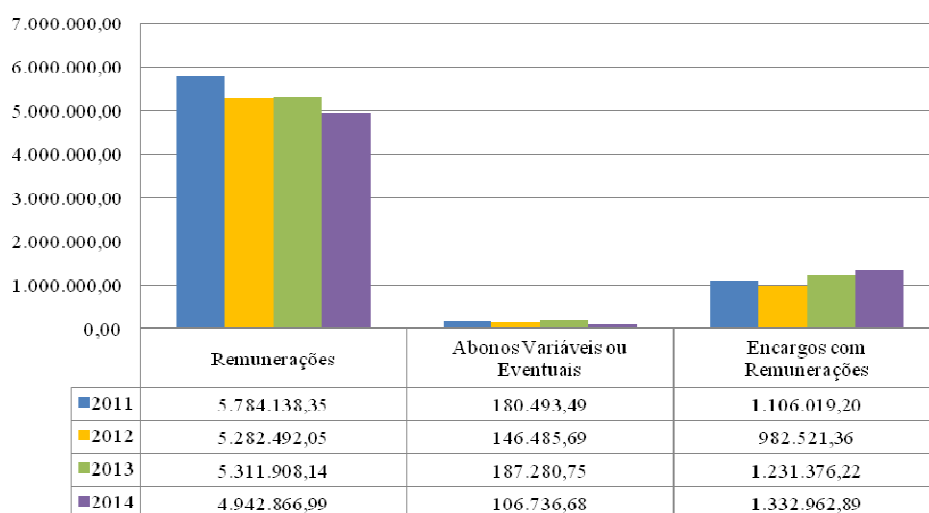
Observando o Quadro n.º 9, conclui-se que a rubrica de aquisição de bens e serviços representa mais de 43% do total das despesas correntes, sendo que a sua maioria corresponde à aquisição de serviços (4.773.413,24 €), de onde se destacam os encargos com as diversas instalações municipais, quer sejam de instalações de serviços ou de uso coletivo, os transportes escolares, a iluminação pública que, apesar de apresentar uma significativa diminuição, resultado dos diversos investimentos realizados, representa ainda um forte encargo para o Município, o tratamento em alta de águas residuais bem como a recolha e tratamento de resíduos sólidos.

Quadro n.º 9 – Despesas Correntes

Descrição	Dotação Corrigida	Execução	Peso P/ Rubrica%	Execução%
01 - Despesas com Pessoal	6.939.600,00	6.382.566,56	42,08	91,97
02 - Aquisição de Bens e Serviços	13.169.320,00	6.611.142,66	43,59	50,20
03 - Juros e Outros Encargos	1.270.718,00	925.110,09	6,10	72,80
04 - Transferências Correntes	1.544.900,00	942.102,84	6,21	60,98
05 - Subsídios	252.000,00	230.892,39	1,52	91,62
06 - Outras Despesas Correntes	165.000,00	76.351,65	0,50	46,27
Total das Despesas Correntes	23.341.538,00	15.168.166,19	100,00	64,98

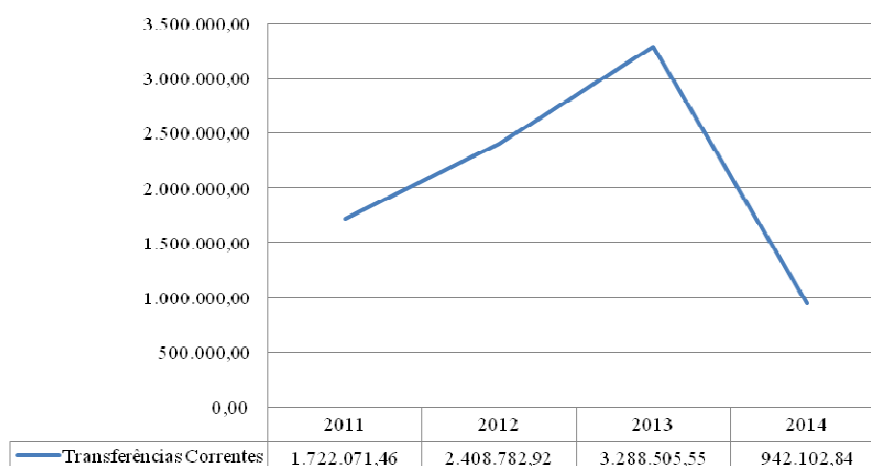
As remunerações do pessoal, bem como os abonos registaram uma diminuição. No que respeita às remunerações, esse decréscimo deve-se essencialmente à cessação do protocolo com o Ministério da Educação, o que originou uma diminuição do número de trabalhadores sob a gestão administrativa do Município, bem como à desvinculação de 14 trabalhadores, dos quais 12 por motivos de aposentação, um por falecimento e um por licença sem remuneração.

Gráfico n.º 14 - Evolução das Despesas com Pessoal



As transferências correntes têm registado uma significativa diminuição, comparativamente ao ano de 2012, as transferências para as diversas instituições sem fins lucrativos registaram uma diminuição superior a 400.000,00 €. De realçar que o Executivo Municipal aprovou o III Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro, onde se prevê acentuar esta diminuição das transferências para as diversas coletividades, como forma de não inviabilizar o cumprimento daquele Plano, objetivando a recuperação da sustentabilidade financeira da Autarquia.

Gráfico n.º 15 - Evolução das Transferências Correntes



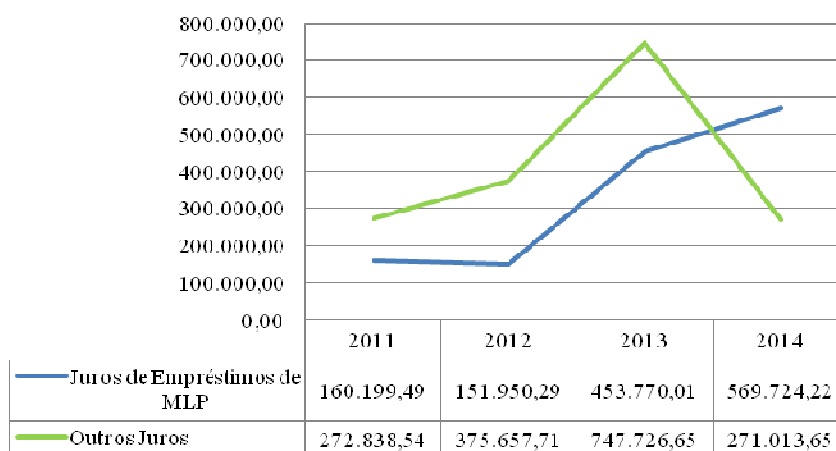
Este grupo de despesas engloba ainda as transferências para a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana e para a Resíduos do Nordeste, que originaram o grande aumento verificado no ano de 2013, uma vez que a lista de faturas a pagar constante no PSF englobava diversas faturas dessa entidades. O quadro que se segue apresenta de forma individualizada as transferências correntes e de capital realizadas durante o ano de 2014, englobando-se as transferências de natureza corrente e de capital para uma melhor avaliação dos valores totais transferidos para cada entidade.

Quadro n.º 10 – Transferências Correntes e de Capital

Entidade	Correntes	Capital	Total
Agro Industrial do Nordeste, S.A. - AIN		147.477,65	147.477,65
Plano de Emergência Social e Apoios a Iniciativas Empresariais	36.822,44	7.250,80	44.073,24
Associação Desenvolvimento de São Pedro de Vale do Conde	450,00		450,00
Aeroclube de Mirandela	15.750,00		15.750,00
Agrupamento de Escuteiros, 478-São Francisco de Assis			0,00
Associação Cultural e Recreativa de Vale da Sancha			0,00
Associação Cultural Recreativa de Fradizela			0,00
Associação Cultural Recreativa de Lamas de Orelhão			0,00
Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Contins			0,00
Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Múrias			0,00
Associação de Socorros Mútuos E dos Artistas Mirandelenses	20.064,82		20.064,82
Associação Desportiva Cultural e Social de Carvalhais			0,00
Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana	361.190,07	86.686,84	447.876,91
Associação Hum. Bombeiros Voluntários de Torre de D. Chama	39.230,58	75.013,02	114.243,60
Assoc. Hum. Bombeiros Voluntários e Cruz Amarela Mirandela	117.145,24		117.145,24
Associação Mirandelense de Artes Orientais	3.213,00		3.213,00
Associação Mircom-Mirandela Comercial	25.000,00		25.000,00
Associação Port. Pais e Amigos Cidadão Deficiente Mental		77.868,12	77.868,12
Associação Torriense de Lutas e Desportos Radicais A.T.L.D.R.	1.350,00		1.350,00
C.N.E.-Agrupamento 777 do Cachão			0,00
Camir-Clube Amador de Mirandela	12.757,50		12.757,50
Casa Da Cultura e Recreio de Cachão	25.200,00	74.400,00	99.600,00
Centro Social e Paroquial do Romeu		27.000,47	27.000,47
Clube Ciclismo de Mirandela	3.150,00		3.150,00
Clube de Caça e Pesca de Mirandela			0,00
Clube Ténis de Mesa de Mirandela	90.254,89		90.254,89
Confraria de Nossa Senhora do Amparo	37.500,00	20.000,00	57.500,00
Filandorra - Teatro do Nordeste,Crl			0,00
Fundação Museu do Douro		5.000,00	5.000,00
Futsal Clube de Mirandela	1.471,50		1.471,50
Ginásio Clube Mirandelense	1.468,80		1.468,80
Grupo Desportivo de Torre de Dona Chama			0,00
Junta de Freguesia de Abreiro		10.000,00	10.000,00
Junta de Freguesia de Alvites			0,00
Junta de Freguesia de Frechas	1.000,00		1.000,00
Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão	2.000,00		2.000,00
Junta de Freguesia de São Salvador		27.133,00	27.133,00
Junta de Freguesia de Torre Dona Chama	17.500,00	73.500,00	91.000,00
Junta de Freguesia do Romeu			0,00
Moto Clube de Mirandela	6.084,00		6.084,00
Rancho Folclórico de São Tiago	945,00		945,00
Resíduos do Nordeste			0,00
Santa casa da Misericórdia de Mirandela		107.754,60	107.754,60
Sport Clube de Mirandela	118.305,00		118.305,00
União de Freguesias de Avantos e Romeu	3.000,00		3.000,00
União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa	1.250,00		1.250,00
Total	942.102,84	739.084,50	1.681.187,34

A rubrica de juros da dívida pública engloba os juros dos empréstimos de médio e longo prazo, os juros de mora reclamados pelos credores pelo atraso no pagamento de faturas bem como os juros inerentes aos contratos de cessão de créditos celebrados com os fornecedores. O valor pago a título de juros de empréstimos de médio e longo prazo, registou um aumento superior e 115.000,00 €, devido ao empréstimo contratado em 2013. Relativamente aos restantes juros a evolução foi inversa, verificando-se um decréscimo superior a 470.000,00 €

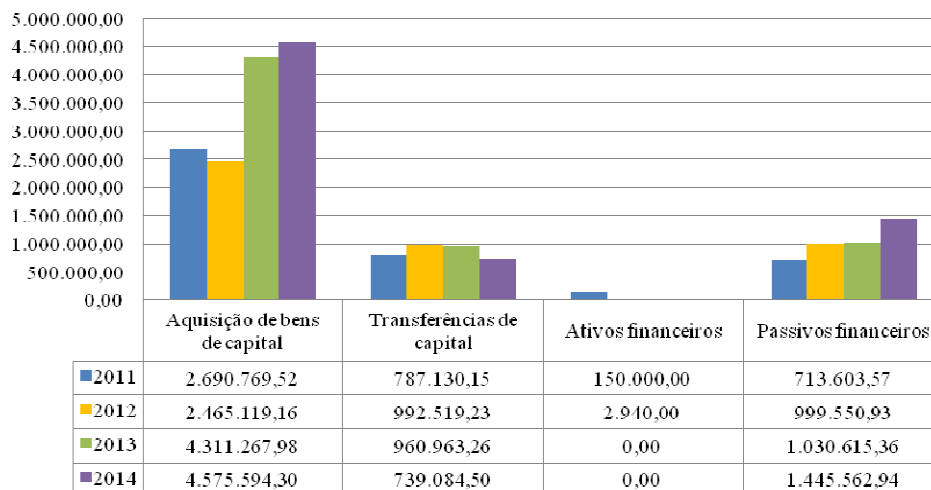
Gráfico n.º 16 - Evolução dos Juros da Dívida Pública



2.3.2 – Despesas de Capital

As despesas de investimento aumentaram relativamente ao exercício anterior, apesar de 2013 ter sido um ano atípico pelas razões já enumeradas, apresentando um aumento superior a 450.000,00€.

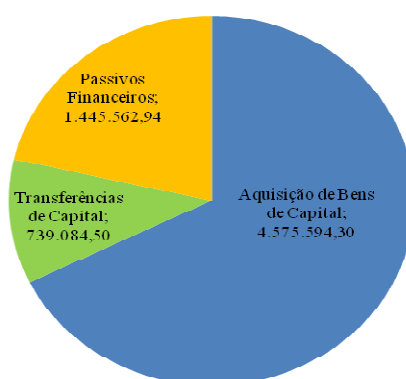
Gráfico n.º 17 - Evolução das Despesas de Capital



O Gráfico n.º 18 demonstra que a aquisição de bens de capital, representa mais de metade das receitas de capital, seguida dos Passivos Financeiros.

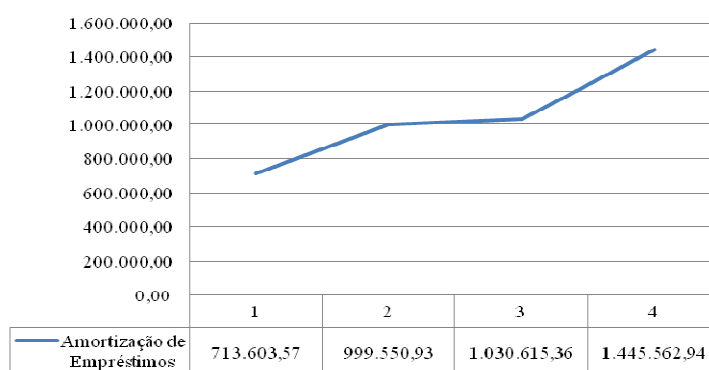
No primeiro grupo de despesas destaca-se a construção da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo – EsACT, com pagamentos que ascenderam a 1.700.236,94 €, a Recuperação e Qualificação Urbanística da Rua e Avenida das Amoreiras, que teve pagamentos na gerência de 2014 no montante de 329.678,85 €, a construção da Ecoteca (536.543,54 €), a construção do Museu do Azeite de Mirandela(351.779,62 €) e a Dinamização e Modernização do Complexo Cultural (308.945,70 €).

Gráfico n.º 18 – Despesas de Capital



Os Passivos Financeiros registaram um aumento de 414.947,58 € relativamente ao exercício de 2013. O valor pago referente a amortizações de empréstimos tem vindo a aumentar nos últimos anos, devido ao empréstimo contratado em 2013 que iniciou a amortização em 2014 e ao término do período de carência do empréstimo para regularização extraordinária de dívidas contratado com o Estado.

Gráfico n.º 19 - Evolução das Amortizações de Empréstimos



As transferências de capital que ascenderam a 739.084,50 €, registaram uma diminuição superior a 220.000,00 € comparativamente ao ano anterior, encontrando-se discriminadas no Quadro n.º 10.

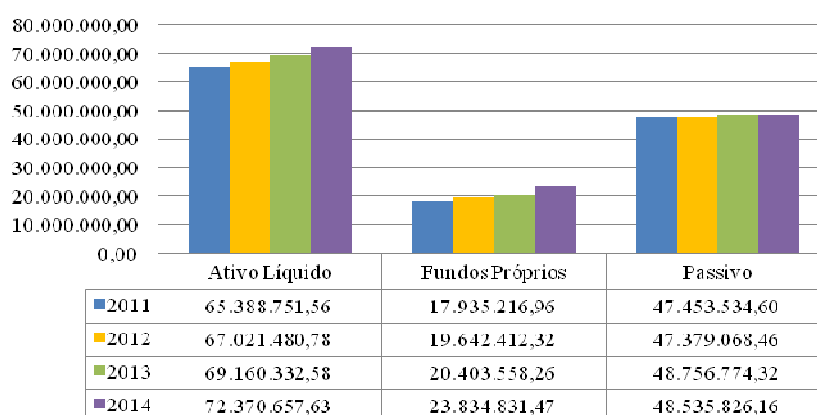
3 – Análise Patrimonial

3.1 – Balanço

O Balanço espelha a situação financeira e patrimonial do Município, comparando-a com a do exercício anterior.

Analizando o Gráfico n.º 20, verifica-se que o ativo líquido e os fundos próprios da autarquia aumentaram, enquanto que o seu passivo diminuiu. Lembra-se que o Município se encontra vinculado a um Plano de Saneamento Financeiro, e os esforços desenvolvidos para a diminuição do seu passivo com vista à recuperação financeira, são bem evidentes.

Gráfico n.º 20 - Evolução da Estrutura do Balanço



Quadro n.º 11 – Balanço Sintético

Descrição	2014		2013		Varição
	Valor	Peso%	Valor	Peso%	Valor
Imobilizado	68.067.800,32	94,05	64.066.674,80	92,64	4.001.125,52
Existências	463.844,94	0,64	414.565,33	0,60	49.279,61
Dívidas de Terceiros - curto prazo	1.796.516,27	2,48	2.323.344,36	3,36	-526.828,09
Disponibilidades	1.443.307,57	1,99	1.638.968,53	2,37	-195.660,96
Acréscimos e Diferimentos	599.188,53	0,83	716.779,56	1,04	-117.591,03
Ativo Líquido	72.370.657,63	100,00	69.160.332,58	100,00	3.210.325,05
Património	17.025.618,43	71,43	16.995.510,99	83,30	30.107,44
Reservas	1.131.705,80	4,75	1.110.639,02	5,44	21.066,78
Subsídios	95.892,50	0,40	95.892,50	0,47	0,00
Doações	1.170.724,35	4,91	51.393,00	0,25	1.119.331,35
Resultados Trânsitados	2.867.510,95	12,03	1.728.787,21	8,47	1.138.723,74
Resultado Líquido do Exercício	1.543.379,44	6,48	421.335,54	2,07	1.122.043,90
Fundos Próprios	23.834.831,47	100,00	20.403.558,26	100,00	3.431.273,21
Provisões para riscos e encargos	1.744.979,97	3,60	1.378.419,93	2,83	366.560,04
Dívidas a Terceiros – m / l prazos	14.419.912,69	29,71	15.865.475,63	32,54	-1.445.562,94
Dívidas a Terceiros - curto prazo	8.608.353,76	17,74	10.288.078,35	21,10	-1.679.724,59
Acréscimos e Diferimentos	23.762.579,74	48,96	21.224.800,41	43,53	2.537.779,33
Passivo	48.535.826,16	100,00	48.756.774,32	100,00	-220.948,16

O ativo líquido registou um aumento superior a 3.000.000,00 €, para o qual contribuiu o aumento do imobilizado, devido essencialmente ao registo no domínio privado municipal de áreas de cedência em diversos loteamentos, bem como ao aumento do imobilizado em curso, a título exemplificativo, relativamente à empreitada de construção da EsACT, foram registadas faturas no montante total de 3.216.068,12 €.

Relativamente aos fundos próprios, todas as suas componentes aumentaram, de salientar que o ano de 2013 terminou com um resultado líquido do exercício positivo o que originou este aumento nos fundos próprios pela incorporação desse resultado.

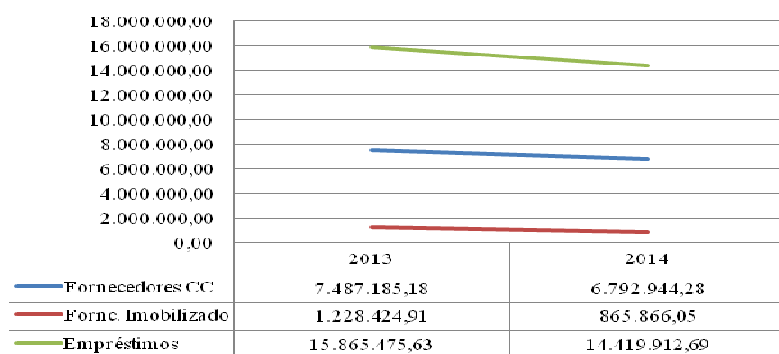
No que respeita ao passivo, o Município conseguiu diminuir as suas dívidas para com terceiros, o que se traduz num excelente resultado, considerando que o volume de faturação registado em 2014 foi superior a 12.800.000,00 €, ao que acrescem os encargos assumidos e não pagos de 2013.

No passivo apenas se verificou o aumento das provisões para processos judiciais em curso, que constituem custos económicos contabilizados como forma de precaver riscos e perdas de natureza certa, de montante ainda não especificado, respeitando o princípio contabilístico da prudência. Procedeu-se à anulação de provisões no montante de 164.427,36 € relativas a sentenças proferidas em 2014, que favoreceram o Município e efetuou-se um reforço de provisões no valor de 530.987,40 € respeitantes a processos judiciais com as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Os acréscimos e diferimentos também aumentaram, devido ao registo de pedidos de reembolso de obras financiadas, submetidos e recebidos, uma vez que só deverão ser reconhecidos como proveitos na medida em que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, pelo que o montante de 23.762.579,74 € que figura no passivo, não constitui nenhuma forma de dívida autárquica, estando apenas a aguardar o registo no património municipal das obras que foram objeto de financiamento.

O Gráfico n.º 21 ilustra a redução operada nas dívidas a fornecedores e a instituições bancárias.

Gráfico n.º 21 - Evolução das Dívidas de Terceiros



A redução da dívida a fornecedores ascendeu a 1.056.799,76 €, o que considerado o elevado volume de faturação registada em 2014 conforme já foi referido, bem como a dívida transitada de 2013, demonstra o esforço desenvolvido durante todo o exercício económico.

No que concerne à dívida a instituições bancárias, as amortizações de capital, tal como já tinha sido mencionado, ascenderam a 1.445.562,94 €, considerando que não houve contratação de empréstimos durante o ano de 2014, esse foi o montante de redução na dívida à banca.

3.2 – Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados de uma autarquia reflete os seus resultados económicos. Pela análise do Quadro n.º 12 conclui-se que apesar de os proveitos e ganhos, em termos globais, terem diminuído em 2.063.972,93 €, a redução operada nos custos e perdas foi superior (3.186.016,83 €), o que permitiu finalizar o exercício económico de 2014 com um resultado líquido do exercício positivo (1.543.379,44 €).

Quadro n.º 12 – Demonstração de Resultados

Descrição	2014		2013		Variação
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor
Custos e perdas					
Custo das mercad. vendas e matérias consumidas	1.465.335,97	8,69	1.491.330,43	7,44	-25.994,46
Fornecimentos e serviços externos	4.897.869,75	29,04	5.151.485,00	25,69	-253.615,25
Custos com pessoal	6.354.631,30	37,68	6.394.574,20	31,89	-39.942,90
Transferências e subsídios	693.375,98	4,11	1.901.176,17	9,48	-1.207.800,19
Amortizações do exercício	1.177.798,62	6,98	1.120.502,62	5,59	57.296,00
Provisões do exercício	530.987,40	3,15	1.378.419,93	6,87	-847.432,53
Outros custos operacionais	64.094,10	0,38	60.904,21	0,30	3.189,89
Custos e perdas financeiros	884.040,76	5,24	1.166.562,53	5,82	-282.521,77
Custos e perdas extraordinários	796.343,72	4,72	1.385.539,34	6,91	-589.195,62
Total de custos e perdas	16.864.477,60	100,00	20.050.494,43	100,00	-3.186.016,83
Proveitos e ganhos					
Vendas e prestações de serviços	1.935.028,57	10,51	2.096.898,29	10,24	-161.869,72
Impostos e taxas	3.992.728,26	21,69	3.759.454,21	18,36	233.274,05
Proveitos para a própria entidade	12.502,70	0,07	0,00	0,00	12.502,70
Proveitos suplementares	3.383,43	0,02	3.075,44	0,02	307,99
Transferências e subsídios obtidos	10.712.423,57	58,19	12.237.261,37	59,78	-1.524.837,80
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.104.162,24	6,00	1.387.272,94	6,78	-283.110,70
Proveitos e ganhos financeiros	17.905,44	0,10	29.803,60	0,15	-11.898,16
Proveitos e ganhos extraordinários	629.722,83	3,42	958.064,12	4,68	-328.341,29
Total de proveitos e ganhos	18.407.857,04	100,00	20.471.829,97	100,00	-2.063.972,93
Resultado Líquido do Exercício	1.543.379,44		421.335,54		1.964.714,98

Relativamente aos custos e perdas, verifica-se que a maior redução ocorreu nas transferências efetuadas para terceiros, nos custos e perdas financeiros, pois, como já referido no presente relatório, apesar dos juros de empréstimos de médio e longo prazo terem aumentado, os juros

comerciais diminuíram e nos custos extraordinários, em que para além da redução das transferências de capital efetuadas, a maior redução verificou-se nas correções relativas a anos anteriores que foram superiores em 2013.

No que concerne aos proveitos, apenas se verificou um aumento nos impostos e taxas, devido à entrada em vigor da nova Tabela de Taxas do Município. A maior redução de proveitos e ganhos ocorreu nas transferências recebidas, devido à redução do FEF e à cessação do protocolo com o Ministério da Educação. De salientar que em 2014 aumentaram as transferências recebidas no âmbito de obras financiadas, no entanto, conforme referido, esses montantes são contabilizados na conta de acréscimos e diferimentos até ao momento da amortização do imobilizado que lhes está associado.

4 – Dívida Total

A Lei n.º 73/2013 que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais, introduziu alterações significativas ao nível do cálculo do endividamento dos Municípios. O art.º 52.º do referido diploma, estabelece que *a dívida total das operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.*

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, (...) , os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa do município, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

O Quadro n.º 13, corresponde ao cálculo do limite da dívida total que para o ano de 2014 é de 22.504.447,88 €.

Quadro n.º 13 - Limite à Dívida Total

Ano	Receita corrente bruta	Reembolsos e restituições	Receita corrente líquida
2011	13.222.298,80	9.260,23	13.213.038,57
2012	14.735.917,36	24.092,77	14.711.824,59
2013	17.117.289,77	33.257,18	17.084.032,59
Limite dívida total			22.504.447,88

O art.º 54.º define as entidades que relevam para o cálculo da dívida total dos municípios, que no caso do Município de Mirandela são as enumeradas no Quadro n.º 14.

Quadro n.º 14 - Dívida Total das Entidades Participadas

Designação	Participação	Dívida	Dívida relevante para o Município
ADRV - Agência Desenvolvimento Regional do Vale do Tua	10%	18.619,98	1.862,00
AETM - Agência de Energia de Trás-os-Montes		Não tem dívida	
AIN - Agro - Industrial do Nordeste, S.A.	49,10%	Transferência para equilíbrio de contas	
AMTQT - Assoc. Municípios Terra Quente Transmontana	28%	3.685.129,06	1.031.836,14
ANMP - Associação Nacional de Municípios	Quota		343,07
Cim-TT - Comunidade Intermunicipal Terras Trás-os-Montes	13,23%	55.155,68	7.297,10
DESTEQUE - Assoc. Desenvol. Terra Quente Transmontana	25%	26327,85	6.581,96
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	4,90%	88.147,96	4.319,25
Fundação Museu do Douro	0,79%	432.972,00	3.420,48
HTQ - Hospital Terra Quente	10%	Não foram disponibilizados dados	
MLM - Metropolitano Ligeiro de Mirandela	90%	Resultado antes de impostos positivo	
Turismo Porto e Norte	1,16%	669.288,73	7.763,75
Total:			1.063.423,74

Quadro n.º 15 - Dívida Total

Contas	Saldo em 31/12/2014
22.1 - Fornecedores c/c	6.792.944,28
22.8 - Fornecedores faturas em receção e conferência	71.298,09
23 - Empréstimos	14.419.912,69
26.1 - Fornecedores de imobilizado	865.866,05
26.8 - Credores diversos	37.699,34
Dívida Total do Município	22.187.720,45
Dívida das Entidades Participadas	1.063.423,74
Total:	23.251.144,19

Pela análise do Quadro n.º 15, verifica-se que o Município ultrapassa o limite da dívida total em 746.696,32 €, no entanto, considerando apenas a dívida do Município verifica-se uma margem disponível de 316.727,43 €.

5 – Proposta de Aplicação de Resultados

Em cumprimento do Ponto 2.7.3 do Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro – POCAL, o Município de Mirandela propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 1.543.379,44 seja repartido da seguinte forma:

- Reforço de Reservas Legais: 77.168,97;
- Resultados Transitados: 1.466.210,47 €.

6 – Demonstração do Cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro

De acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro – Lei das Finanças Locais, a apresentação anual de contas à Assembleia Municipal inclui, em anexo ao balanço, a demonstração do cumprimento do plano de saneamento financeiro.

Neste enquadramento apresenta-se a demonstração da execução do plano de saneamento financeiro (PSF), através da comparação dos valores previsto no plano para o ano de 2014, com os valores efetivamente executados, bem como da apresentação de uma mapa a com o grau de execução das medidas previstas no plano.

Descrição das Medidas	Previsão no PSF	Concretização
I - Eficiência Organizacional		
<p>1 - Reorganização dos serviços municipais, com especial enfoque na eficiência e eficácia organizacional operando uma efetiva segregação de competências instrumentais e operativas. Redução de 15% do n.º de unidades orgânicas e respetivos dirigentes.</p>	<p>Reduzir duas unidades orgânicas dotadas.</p>	<p>A reorganização dos serviços foi promovida de acordo com a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, através da adequação da estrutura orgânica municipal, sendo que a nova estrutura contempla apenas uma unidade orgânica nuclear (departamento), quatro unidades orgânicas flexíveis (divisões) e uma unidade orgânica de 3.º grau, o que, a nível de estrutura, corresponde a uma redução de cinco unidades orgânicas. Relativamente à sua ocupação, encontra-se provido o lugar de diretor de departamento e seis lugares de chefe de divisão, sendo que dois correspondem a divisões da antiga estrutura orgânica que serão extintos no final das respetivas comissões de serviço, a ocorrer durante o ano de 2015. Neste sentido foram reduzidas três unidades orgânicas que se encontravam dotadas.</p> <p>Ainda no âmbito da reorganização dos serviços municipais, foram criadas a Área Funcional de Recursos Financeiros, a Área Funcional de Recursos Humanos, a Área Funcional de Recursos Físicos e a Área Funcional de Comunicação, esta alteração na estrutura orgânica teve como objetivo colmatar a redução das unidades orgânicas flexíveis, contribuindo para a eficiência e eficácia organizacional e para uma melhoria no desempenho dos serviços municipais. Salienta-se no entanto que, esta medida não acarretou um aumento das despesas com pessoal.</p>
<p>2 - Reorganização do grupo municipal (por extinção ou cisão de entidades), reapreciação das participações financeiras.</p>	<p>SMAM – extinção por fusão no Município de Mirandela; Mirandela XXI – extinção da parceria Público-privada; A.I.N. - reduzir o passivo da empresa e operacionalizar a sua sustentabilidade; M.L.M. - manter a exploração do serviço até à conclusão da barragem do Tua, passando depois a responsabilidade do Metro para Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua.</p>	<p>Em janeiro de 2012 foi efetuada a fusão dos SMAM.</p> <p>Em abril de 2012, a Câmara Municipal deliberou aprovar a extinção da parceria público-privada Mirandela XXI.</p> <p>Relativamente ao passivo da AIN, não foram ainda disponibilizados dados, pelo que será objeto de análise no relatório que acompanha a Prestação de Contas.</p>

<p>3 - Implementação, no biénio 2012/2013, das Funções Planeamento, Aprovisionamento (concentração da Função Compras numa unidade instrumental), Auditoria Interna e Controlo de Gestão.</p>	<p>Agregar numa unidade orgânica instrumental as empreitadas de obras públicas e as aquisições de bens e serviços; Planeamento das ações por administração direta; Implementação da função auditoria interna e controlo de gestão.</p>	<p>Foi criada no final do ano de 2013, a Área Funcional de Recursos Físicos, onde se encontram centralizados todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços, obras por administração direta e empreitadas.</p> <p>Conjuntamente, o Gabinete Jurídico e de Auditoria Interna com a Equipa da Qualidade têm realizado auditorias internas aos serviços municipais, destacando-se que o Processo de Certificação da Qualidade tem garantido a eficiência dos procedimentos internos.</p>
<p>4 - Reforçar, no biénio 2012/2013, a simplificação de políticas e procedimentos, quer pela eliminação de redundâncias quer pela avaliação dos mesmos, combatendo atuações burocráticas e circuitos de decisão complexos, reduzindo os custos de contexto internos e encurtando os prazos de resposta aos munícipes.</p>	<p>1) Informatização de circuitos por processos; 2) Processo de certificação da qualidade; 3) Prestação de serviços numa ótica multicanal.</p>	<p>1) Sistema sigmaflow implementado; 2) Todos os serviços estão certificados, tendo sido realizada uma auditoria externa de acompanhamento em dezembro de 2014, cujo resultado foi a manutenção da certificação do Município; 3) Foi criada e está activa e em funcionamento uma plataforma intitulada "Tua Câmara" para prestação de serviços on-line. 4) Iniciou-se em 2014 a implementação dos Mini-GAM's em Torre de D. Chama, Frechas e Avidagos.</p>
<p>5 - Implementação do sistema de Contabilidade Analítica.</p>	<p>Submeter à apreciação superior a proposta de arquitetura organizacional de suporte à implementação e manutenção da função contabilidade analítica; Apresentar a moldura concetual da tabela de centro de custos e de investimento.</p>	<p>O processo de implementação da contabilidade de custos arrancou em janeiro de 2014, verificando-se que durante o ano todos os serviços que desempenham atividades, procederam ao preenchimento das fichas de atividades através da aplicação informática, enumerando todos os custos necessários para o desenvolvimento das suas tarefas, quer sejam humanos, de materiais, ou equipamentos, o que, para além de permitir uma avaliação das atividades municipais, fornece informação necessária e útil para a tomada de decisões e definição da estratégia política do Executivo Municipal.</p> <p>Salienta-se que a implementação da contabilidade de custos é um processo complexo, pelo que no final deste primeiro ano não estará implementada na sua plenitude.</p>
<p>6 - Implementação de um orçamento por atividades de base zero (não incremental) em 2012 (aplicável a 2013), caso se encontrem reunidas as condições mínimas necessárias à sua implementação.</p>	<p>Implementar em 2013 caso se encontrem reunidas condições.</p>	<p>Medida não implementada.</p>

<p>7 - Implementar a regra orçamental de que as receitas de capital, inerentes à alienação de bens de investimento, só deverão concorrer para o financiamento de despesas de investimento quando exista uma forte presunção da sua concretização.</p>	<p>Aproximar o grau de execução do orçamento da receita e da despesa, condicionando a execução da despesa ao orçamento da receita.</p>	<p>A taxa de execução do orçamento da receita foi de 60,50%, enquanto que o orçamento da despesa foi executado em 61,65%, comparativamente ao exercício anterior verificou-se uma diminuição explicada pela utilização do empréstimo de saneamento financeiro no montante de 7.600.00,00 €, que influenciou a taxa de execução do orçamento da receita e da despesa.</p>						
<p>II - Economia, redução da despesa</p>								
<p>8 - Redução e racionalização de despesas de funcionamento, com definição de tetos para as despesas em outsourcing, com projetos, estudos, pareceres e consultadoria.</p>	<p>Valor limite de despesa para 2014 – 48.735,00 €.</p>	<p>O valor executado em 2014 foi de 2.762,58 €, o que relativamente ao valor previsto no Estudo, representa um decréscimo de 45.972,42 €. A despesa incorrida em 2014 corresponde à avaliação técnica referente ao deslizamento de terras ocorrido num loteamento local objeto de sentença judicial</p> <table border="1" data-bbox="1317 683 1928 770"> <thead> <tr> <th>V. Previsto</th><th>Executado</th><th>Desvio</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>48.735,00 €</td><td>2.762,58 €</td><td>45.972,42 €</td></tr> </tbody> </table>	V. Previsto	Executado	Desvio	48.735,00 €	2.762,58 €	45.972,42 €
V. Previsto	Executado	Desvio						
48.735,00 €	2.762,58 €	45.972,42 €						
<p>9 - Redução e racionalização de despesas de funcionamento através da agregação de necessidades operada pelo agrupamento de entidades adjudicantes.</p>	<p>Identificar os bens e serviços passíveis de agregação e propor à AMTQT e CIM-TTM a concretização dos procedimentos concursais.</p>	<p>No que respeita a esta medida foi promovido pela AMTQT um Concurso Público Internacional para o Fornecimento de Energia Eléctrica para as instalações alimentadas em MT, BTE e BTN (onde se inclui a Iluminação Pública) de que resulta uma substancial redução de meios e custos; Foi também promovido um procedimento de concurso de contratação conjunta das aplicações e servidores informáticos reduzindo os valores contratualizados de forma individual pelas autarquias e diminuindo o encargo bruto por número de utilizador registado, tendo ainda sido contratado o desenvolvimento das plataformas de acesso aos portais de internet dos cinco municípios da Terra Quente Transmontana.</p> <p>No âmbito da centralização e virtualização de sistemas no “data center” da AMTQT foi promovida a contratação de serviços de internet e dados à REFER TELECOM reduzindo de forma substancial estes encargos nos municípios associados da AMTQT, sendo ainda de salientar a aquisição de serviços de higiene, medicina e segurança no trabalho e de um plano de formação para os trabalhadores do Município.</p>						

10 - Redução e racionalização de auto-consumos Municipais.	Redução de 10% da despesa com comunicações móveis e fixas, combustível, gás, e energia elétrica (com referência a 2012)	<p>Conforme se pode observar pela tabela infra, a despesa de auto-consumos tem vindo a diminuir ao longo dos últimos três anos</p> <table><tr><td></td><td>2012</td><td>2013</td><td>2014</td></tr><tr><td>Combustíveis</td><td>209.555,45</td><td>196.071,85</td><td>177.926,21</td></tr><tr><td>Comunicações</td><td>209.768,63</td><td>207.767,19</td><td>171.008,38</td></tr><tr><td>Encargos instalações</td><td>742.240,91</td><td>702.202,98</td><td>739.184,80</td></tr><tr><td></td><td>1.161.564,99</td><td>1.106.042,02</td><td>1.088.119,39</td></tr></table> <p>A redução registada desde o ano de 2012 foi superior a 73.000,00 €, ou seja ligeiramente inferior aos 10% estipulados no PSF, no entanto para além dos aumentos de tarifas que se têm verificado, nomeadamente nos consumos de eletricidade e gás, salienta-se que o Município assumiu desde finais de 2012 os encargos de funcionamento da Escola de Hotelaria e Turismo de Mirandela.</p> <table><tr><td>V. Previsto</td><td>Executado</td><td>Desvio</td></tr><tr><td>1.050.960,00 €</td><td>1.088119,00 €</td><td>-37.159,00 €</td></tr></table>		2012	2013	2014	Combustíveis	209.555,45	196.071,85	177.926,21	Comunicações	209.768,63	207.767,19	171.008,38	Encargos instalações	742.240,91	702.202,98	739.184,80		1.161.564,99	1.106.042,02	1.088.119,39	V. Previsto	Executado	Desvio	1.050.960,00 €	1.088119,00 €	-37.159,00 €
	2012	2013	2014																									
Combustíveis	209.555,45	196.071,85	177.926,21																									
Comunicações	209.768,63	207.767,19	171.008,38																									
Encargos instalações	742.240,91	702.202,98	739.184,80																									
	1.161.564,99	1.106.042,02	1.088.119,39																									
V. Previsto	Executado	Desvio																										
1.050.960,00 €	1.088119,00 €	-37.159,00 €																										
11 - Implementação do Plano de Eficiência Energética da Iluminação Pública.	Valor limite para 2014 - 710.220,00 €.	<p>O montante despendido em 2014 com iluminação pública foi de 686.308,36 €, representando um decréscimo de 28.840,41 € relativamente ao exercício económico anterior. Esta diferença não traduz a real diminuição do consumo, pois com o mercado liberalizado houve um aumento das tarifas. Para além de ter diminuído o valor gasto relativamente ao ano anterior, o Município conseguiu cumprir a medida do PSF ficando abaixo do valor previsto para esta despesa.</p> <table><tr><td>V. Previsto</td><td>Executado</td><td>Desvio</td></tr><tr><td>710.220,00 €</td><td>686.308,36 €</td><td>23.911,64 €</td></tr></table>	V. Previsto	Executado	Desvio	710.220,00 €	686.308,36 €	23.911,64 €																				
V. Previsto	Executado	Desvio																										
710.220,00 €	686.308,36 €	23.911,64 €																										

<p>12 - Decréscimo dos subsídios e transferências em numerário atribuídos a terceiros até ao ano 2017, mantendo-se congelados a partir de 2018.</p>	<p>Valor limite de transferências correntes, de capital e subsídios para 2014 - 2.713.006,00 €</p>	<p>Despesa paga em 2014:</p> <p>04 Transf. Correntes – 942.102,84 €, sendo que deste montante 336.351,07 € correspondem a transferências para a AMTQT, 546.425,33 € a transferências para diversas instituições sem fins lucrativos, 34.576,44 € correspondem a pequenos apoios atribuídos a diversas famílias carenciadas e 24.750,00 € foram transferidos para juntas de freguesia.</p> <p>05 Subsídios – 230.892,39 €, este valor foi despendido com programas ocupacionais promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional - -EFP, salientando-se que estas bolsas são financiadas a 80%.</p> <p>08 Transf. de Capital – 739.084,50 €, dos quais 387.036,21 € respeitam a transferências para as instituições sem fins lucrativos do concelho, 110.633,00 € correspondem a transferências efetuadas para diversas freguesias, 86.686,84 € foram transferidos para a AMTQT, e 7.250,80 € para famílias carenciadas.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>V. Previsto</th><th>Executado</th><th>Desvio</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2.713.006,00 €</td><td>1.777.189,94 €</td><td>935.816,06 €</td></tr> </tbody> </table>	V. Previsto	Executado	Desvio	2.713.006,00 €	1.777.189,94 €	935.816,06 €
V. Previsto	Executado	Desvio						
2.713.006,00 €	1.777.189,94 €	935.816,06 €						
<p>13 - Optimização do desempenho da frota e da função transportes no Município, através da otimização dos recursos, racionalização de custos de manutenção preventiva e corretiva.</p>	<p>Implementação de uma política de execução e manutenção preventiva e corretiva (sempre que possível) por administração direta; Substituição de veículos antigos e obsoletos e centralização do acesso às viaturas, criando uma dinâmica de eficiência e rentabilidade.</p>	<p>A aquisição da aplicação informática <i>MAQ – Máquinas e Viaturas</i>, que entrou em funcionamento em janeiro de 2014, teve como principal objectivo aumentar o rigor na gestão da frota automóvel. Este instrumento de trabalho, que regista todos os custos inerentes a cada viatura, desde consumos de combustíveis, reparações, seguros, inspeções e amortizações, de forma a aferir os custos totais por viatura da frota municipal, permite uma avaliação operacional.</p>						

14 - Redução do número de colaboradores no Município, através da não entrada de novos colaboradores para compensar as saídas para aposentação ou outra forma de desvinculação.	Redução de quatro colaboradores durante o ano de 2014, originando uma poupança anual de 45.080,00 €.	<p>Durante o ano de 2014 verificou-se uma redução de 78 trabalhadores, dos quais 15 por aposentação, um por mobilidade, um por licença sem remuneração, um por falecimento e 60 por cessação do protocolo com o Ministério da Educação. No entanto, neste ultimo caso, não se pode considerar que estejamos perante uma situação de poupança por desvinculação de pessoal pois estas remunerações eram suportadas pelo Ministério da Educação.</p> <p>Estas desvinculações representam uma poupança anual superior ao valor previsto no PSF. Ao longo do presente relatório será apresentado um mapa elucidativo da redução de pessoal ocorrida em 2014.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>V. Previsto</th><th>Executado</th><th>Desvio</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>45.080,00 €</td><td>59.728,40 €</td><td>14.648.40 €</td></tr> </tbody> </table>	V. Previsto	Executado	Desvio	45.080,00 €	59.728,40 €	14.648.40 €
V. Previsto	Executado	Desvio						
45.080,00 €	59.728,40 €	14.648.40 €						
15 - Redução do nível de despesa nas rubricas de horas extraordinárias e ajudas de custo em 5% em 2011 e 2,5% nos anos seguintes.	Ajudas de custo – 36.777,37 €; Horas extraordinárias – 35.954,68 €.	<p>Valor pago em 2014:</p> <p>Ajudas de custo – 17.418,20 €, dos quais 4.840,80 € correspondem a ajudas de custo pagas aos membros da Assembleia Municipal referentes a sessões realizadas em 2013, e 12.577,40 € respeitam a ajudas de custo pagas aos trabalhadores da Câmara Municipal. No exercício de 2013 o valor gasto com este tipo de despesa foi de 24.857,72 €, correspondendo o montante de 14.337,67 € a despesa da Assembleia Municipal;</p> <p>Horas extraordinárias – 49.438,87 €, este valor é superior ao previsto no PSF. No entanto no cômputo das despesas incluídas nesta medida, verifica-se uma poupança de 5.874,98 €.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>V. Previsto</th><th>Executado</th><th>Desvio</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>72.732,05 €</td><td>66.857,07 €</td><td>5.874,98 €</td></tr> </tbody> </table>	V. Previsto	Executado	Desvio	72.732,05 €	66.857,07 €	5.874,98 €
V. Previsto	Executado	Desvio						
72.732,05 €	66.857,07 €	5.874,98 €						
III - Aumento da receita								
16 - Elaborar um plano de rentabilização do património Municipal.	515.000,00 € de receita anual.	Nada a reportar no período em análise.						
17 - Aumento da eficiência e eficácia da liquidação e cobrança de receitas.	- Impostos indiretos - 98.175,00 €; - Taxas - 493.185,00 €	<p>Valor cobrado em 2014:</p> <p>Impostos Indiretos – 174.321,35 €, existindo um valor de receita por cobrar no final do período de 1.174.707,42 €. Salienta-se que o valor cobrado no ano de 2013 foi de 49.730,77 €, o que representa um significativo aumento do valor arrecadado;</p>						

		<p>Taxas – 757.222,70 €, considerando o valor projetado no PSF (493.185,00 €), verifica-se que a receita proveniente de taxas e licenças arrecadada durante o ano de 2014, ultrapassou amplamente o valor previsto.</p> <table> <tr> <th>V. Previsto</th><th>Executado</th><th>Desvio</th></tr> <tr> <td>591.360,00 €</td><td>931.544,05 €</td><td>340.184,05 €</td></tr> </table>	V. Previsto	Executado	Desvio	591.360,00 €	931.544,05 €	340.184,05 €
V. Previsto	Executado	Desvio						
591.360,00 €	931.544,05 €	340.184,05 €						
18 - Revisão das taxas municipais suportada em fundamentação económico-financeira aproximando-as progressivamente do custo da atividade pública local.	Revisão da tabela de taxas e adaptação ao Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.	Medida implementada. O Regulamento de Taxas do Município de Mirandela que integra a Tabela de Taxas e a respetiva fundamentação económico financeira entrou em vigor no dia 17 de março de 2014.						
19 - Implementação do regulamento do estacionamento tarifado de curta duração.	Receita anual estimada 144.768,00 €.	<p>Concluída a empreitada que engloba a implementação de estacionamento tarifado, designadamente "Recuperação e Qualificação Urbanística da Rua e Avenida das Amoreiras e Avenida dos Bombeiros Voluntários", foi implementado, no último trimestre de 2014, o estacionamento tarifado nesta zona de intervenção cuja receita arrecadada foi de 18.337,07 €. No final do ano iniciou-se um procedimento de aquisição de parquímetros para implementação de estacionamento tarifado noutras zonas da cidade.</p> <table> <tr> <th>V. Previsto</th><th>Executado</th><th>Desvio</th></tr> <tr> <td>144.768,00 €</td><td>18.337,07 €</td><td>-126.430,93 €</td></tr> </table>	V. Previsto	Executado	Desvio	144.768,00 €	18.337,07 €	-126.430,93 €
V. Previsto	Executado	Desvio						
144.768,00 €	18.337,07 €	-126.430,93 €						
20 - Liquidação retroativa (2007 a 2011) das taxas devidas pela ocupação de espaços e liquidação recorrente a partir do exercício de 2012 e seguintes.	750.000,00 em 2011 (retroativamente) e 500.000,00 em 2012 e seguintes.	<p>Valor liquidado em 2011 - 806.335,00 €; Valor liquidado em 2012 - 203.452,00 €; Valor liquidado em 2013 - 203.452,00 €. Em 2014 foi liquidado o montante de 158.578,00 €.</p> <table> <tr> <th>V. Previsto</th><th>Executado</th><th>Desvio</th></tr> <tr> <td>500.000,00 €</td><td>158.578,00 €</td><td>-341.422,00 €</td></tr> </table>	V. Previsto	Executado	Desvio	500.000,00 €	158.578,00 €	-341.422,00 €
V. Previsto	Executado	Desvio						
500.000,00 €	158.578,00 €	-341.422,00 €						
21 - Reestruturação da matriz tributária.	Plano de revisão da matriz tributária.	Nada a reportar no período em análise.						

<p>22 - Fixação das taxas do IMI para 2011 em 0,3 % para os prédios urbanos já avaliados nos termos do Código do IMI e em 0,6% para os restantes prédios urbanos. Manutenção da taxa de 0,8% para os prédios rústicos.</p>	<p>Valor a cobrar em 2014 - 1.592.890,00 €.</p>	<p>As taxas de IMI cuja receita foi arrecadada em 2014 são as estipuladas no PSF, tendo sido cobrado o montante de 2.007.679,94 €, o que relativamente ao valor previsto no PSF representa um acréscimo superior a 400.000,00 €.</p> <p>No final de 2014, foi deliberado o aumento da taxa para prédios urbanos avaliados nos termos do código do IMI para 0,4 %.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>V. Previsto</th><th>Executado</th><th>Desvio</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1.592.890,00 €</td><td>2.007.679,94 €</td><td>414.789,94 €</td></tr> </tbody> </table>	V. Previsto	Executado	Desvio	1.592.890,00 €	2.007.679,94 €	414.789,94 €
V. Previsto	Executado	Desvio						
1.592.890,00 €	2.007.679,94 €	414.789,94 €						
<p>23 - Revisão dos preços municipais (abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos) suportada em fundamentação económico-financeira aproximando-os progressivamente do preço de sustentabilidade.</p>	<p>Revisão dos preços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos.</p> <p>Receita estimada para 2014:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abastecimento de água: 2.445.912,06 €; • Saneamento: 737.891,70 €; • Resíduos sólidos: 558.700,06 €. 	<p>Considerando a necessidade de compilar e de se proceder a uma atualização geral dos preços a praticar relativos a serviços prestados e a bens fornecidos pelo Município, considerando ainda que o valor dos preços a cobrar, não deve ser inferior aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação dos respetivos serviços e com o fornecimento dos bens, a 30 de junho de 2014 foi aprovada a nova Tabela de Preços, pelo que os novos preços apenas vigoraram no 2.º semestre de 2014, motivo pelo qual a receita arrecadada foi inferior ao valor estimado no PSF. De acordo com o valor efetivamente cobrado, verificou-se um desvio de 1.066.712,77 €, no entanto o valor de receita por cobrar no final do ano era de 717.625,19 €, no sentido de se efetivar a cobrança destas receitas procedeu-se à aquisição de uma aplicação informática para gestão de processos de cobrança coerciva a iniciar no ano de 2015.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>V. Previsto</th><th>Executado</th><th>Desvio</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3.742.503,82 €</td><td>2.675.791,05 €</td><td>-1.066.712,77 €</td></tr> </tbody> </table>	V. Previsto	Executado	Desvio	3.742.503,82 €	2.675.791,05 €	-1.066.712,77 €
V. Previsto	Executado	Desvio						
3.742.503,82 €	2.675.791,05 €	-1.066.712,77 €						

❖ Síntese da implementação das medidas previstas no PSF

Considerando o conjunto de medidas a que o Município de Mirandela se propôs implementar e/ou cumprir, objetivando a recuperação da sua sustentabilidade financeira, constata-se que no final do segundo ano de implementação do PSF, apresenta-se uma tendência clara de cumprimento das metas estipuladas. O Quadro n.º 16 quantifica a implementação das medidas na sua globalidade:

Quadro n.º 16 – Síntese do Grau de Execução das Medidas do PSF

Medida	V. Previsto	Executado	Desvio
Despesa			
8	48.735,00 €	2.762,58 €	45.972,42 €
10	1.050.960,00 €	1.088.119,00 €	-37.159,00 €
11	710.220,00 €	686.308,36 €	23.911,64 €
12	2.713.006,00 €	1.777.189,94 €	935.816,06 €
14	45.080,00 €	59.728,40 €	14.648,40 €
15	72.732,05 €	66.857,07 €	5.874,98 €
Receita			
17	591.360,00 €	931.544,05 €	340.184,05 €
19	144.768,00 €	18.337,07 €	-126.430,93 €
20	500.000,00 €	158.578,00 €	-341.422,00 €
22	1.592.890,00 €	2.007.679,94 €	414.789,94 €
23	3.742.503,82 €	2.675.791,05 €	-1.066.712,77 €

Pela análise do Quadro apresentado conclui-se que, apesar de existirem medidas com uma forte expressão financeira cuja implementação não se afigure no curto prazo, existem medidas que têm superado o valor previsto no PSF, as quais têm permitido alcançar um saldo positivo na concretização geral dos objetivos traçados, pois os desvios positivos totalizam 1.781.197,49 €, enquanto que os défices de implementação somam 1.571.724,70 €.

No entanto, como forma de não inviabilizar o cumprimento futuro do PSF, o Município comprometeu-se no final do ano de 2014 a adotar medidas compensatórias de forma a suprir os desvios negativos verificados. As medidas adotadas foram o aumento da taxa de IMI, a diminuição dos subsídios e transferências atribuídos a terceiros e a implementação do sistema de cobrança coerciva, a título exemplificativo o montante de receita por cobrar no final de 2014 respeitante a faturação de água era superior a 700.000,00 €. Considerando que a medida n.º 23, que respeita à receita de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, apresenta um desvio negativo superior a 1.000.000,00 €, a recuperação destas dívidas dos consumidores torna-se imperativa para a Autarquia.

6.1 - Execução da Receita e Despesa

Seguidamente apresenta-se a análise da receita e despesa através da comparação entre o valor expectável para o ano de 2014 com o valor efetivamente executado.

Quadro n.º 17 – Fluxos de Caixa

Descrição	Executado	Previsto PSF	Grau de Execução	Desvio
Saldo da Gerência Anterior	1.638.968,53	969.704,88	169%	669.263,65
Execução Orçamental	666.535,27	45.909,80	1452%	620.625,47
Operações de Tesouraria	972.433,26	923.795,08	105%	48.638,18
Receita				
Receita Corrente	17.770.969,51	17.518.835,11	101%	252.134,40
01 - Impostos diretos	2.742.878,40	2.457.970,37	112%	284.908,03
02 - Impostos indiretos	174.321,35	79.301,20	220%	95.020,15
04 - Taxas, multas e outras penalidades	253.135,94	346.457,93	73%	-93.321,99
05 - Rendimentos de propriedade	1.392.238,87	853.188,80	163%	539.050,07
06 - Transferências correntes	9.893.748,98	10.302.282,00	96%	-408.533,02
07 - Venda de bens e serviços correntes	3.248.419,65	3.346.166,30	97%	-97.746,65
08 - Outras receitas correntes	66.226,32	133.468,51	50%	-67.242,19
Receita de Capital	4.106.332,47	6.010.098,18	68%	-1.903.765,71
09 - Venda de bens de investimento	17.638,30	515.000,00	3%	-497.361,70
10 - Transferências de capital	4.080.060,66	5.494.936,70	74%	-1.414.876,04
13 - Outras receitas de capital	8.633,51	161,48	5346%	8.472,03
Outras Receitas	254,25	30,00	848%	224,25
Receita Orçamental Total	21.877.556,23	23.528.963,29	93%	-1.651.407,06
Receita Operações de Tesouraria	1.366.046,60	1.166.490,34	117%	199.556,26
Despesa				
Despesa Corrente	15.168.166,19	16.561.390,73	92%	-1.393.224,54
01 - Despesas com pessoal	6.382.566,56	6.400.361,43	100%	-17.794,87
02 - Aquisição de bens e serviços	6.611.142,66	6.955.668,64	95%	-344.525,98
03 - Juros e outros encargos	925.110,09	717.782,26	129%	207.327,83
04 - Transferências correntes	942.102,84	2.266.736,25	42%	-1.324.633,41
05 - Subsídios	230.892,39	138.107,38	167%	92.785,01
06 - Outras despesas correntes	76.351,65	82.734,77	92%	-6.383,12
Despesa de Capital	6.760.241,74	6.787.358,45	100%	-27.116,71
07 - Aquisição de bens de capital	4.575.594,30	4.771.546,70	96%	-195.952,40
08 - Transferências de capital	739.084,50	906.276,61	82%	-167.192,11
09 - Ativos financeiros				0,00
10 - Passivos financeiros	1.445.562,94	1.109.535,14	130%	336.027,80
11 - Outras despesas de capital				0,00
Despesa Orçamental Total	21.928.407,93	23.348.749,18	94%	-1.420.341,25
Despesa Operações de Tesouraria	827.624,00	1.204.147,68	69%	-376.523,68
Saldo para a Gerência Seguinte	2.126.539,43	1.112.261,65	191%	1.014.277,78
Execução Orçamental	615.683,57	226.123,91	272%	389.559,66
Operações de Tesouraria	1.510.855,86	886.137,74	170%	624.718,12

Conforme se pode verificar pela análise do quadro apresentado, a receita corrente arrecada no exercício económico de 2014 ultrapassou a receita prevista no PSF, o mesmo não se verificou com a receita de capital. Os rendimentos de propriedade que respeitam essencialmente às rendas de bens de domínio público, foram o grupo de receitas que mais se destacaram, seguidos dos impostos diretos. As transferências de capital juntamente com a venda de bens de investimento representam as receitas com maior desvio relativamente ao previsto no Estudo, para o qual contribui largamente a não implementação da medida n.º 16 que respeita à alienação de bens de investimento no valor anual de 515.000,00 €. De realçar que nos últimos dois anos, verificou-se uma alteração na composição do Fundo de Equilíbrio Financeiro - FEF, em 2012 a parte respeitante à receita corrente era de 60% do valor total do FEF, passando desde 2013 para 80%, o que explica a discrepância de valores relativamente ao ano de 2012.

No que respeita à despesa verifica-se que houve uma redução superior a 1.4000.000,00 €, relativamente ao valor previsto no PSF, devido à forte política de contenção de despesa operada pela Município. Conforme se pode verificar no Quadro n.º 17, todas as despesas foram inferiores ao valor previsto, à exceção do grupo relativo ao serviço da dívida e aos programas ocupacionais promovidos pelo IEFP, no entanto neste último caso esta despesa é financiada numa percentagem de 80%.

A despesa com o pessoal afeto ao serviço da Autarquia diminuiu cerca de 350.000,00 € relativamente ao exercício de 2013, devido à cessação do protocolo com o Ministério da Educação, através do qual o pessoal não docente que desempenha funções no agrupamento de escolas estava sob a gestão administrativa do Município, bem como à desvinculação de 14 trabalhadores que originou uma poupança de cerca de 60.000,00 € de acordo com o Quadro a seguir apresentado.

Carreira	Cessação de funções		Valor mensal vencimentos	Encargo mensal CGA	Poupança 2014
	Número	Motivo			
Assistente operacional	12	Reforma	9.333,82 €	2.017,85 €	52.803,98 €
Assistente operacional	1	Falecimento	892,53 €	211,98 €	5.522,53 €
Assistente operacional	1	Licença s/remuneração	566,42 €	134,52 €	1.401,89 €
Total	14		10.792,77 €	2.364,35 €	59.728,40 €

De salientar que a medida n.º 14 do PSF, estipula que a Autarquia deve durante o ano de 2014 alcançar uma poupança nas despesas com pessoal de 45.080,00 €, comparativamente com o ano de 2013, através da desvinculação de pelo menos quatro trabalhadores. Como se pode verificar esta medida foi plenamente superada.

Na redução das despesas correntes destacam-se a aquisição de bens e serviços e as transferências correntes com uma forte redução relativamente ao valor previsto.

A despesa do Município tem estabilizado, de realçar, mais uma vez que o ano de 2013 é um período atípico devido à utilização do montante dos empréstimos para saneamento financeiro (7.600.000,00 €), que, se por um lado provocou um aumento da receita, por outro originou um aumento da despesa pelo pagamento das faturas constantes da lista anexa aos contratos de empréstimo.

6.2 - Balanço

O Quadro n.º 18 estabelece a comparação entre o balanço previsto no PSF com o balanço da Autarquia em 31/12/2014. Conforme se pode verificar, o ativo líquido foi executado em 97% do valor previsto. O imobilizado correspondente aos bens de domínio público ultrapassou o valor expectável, assim como os depósitos em instituições financeiras.

Relativamente aos fundos próprios o grau de execução atingiu os 99%, tendo-se verificado um desvio de apenas 220.602,83 €, devido aos resultados transitados e ao resultado líquido do exercício que ficaram abaixo do valor previsto.

Relativamente ao passivo, verifica-se que o resultado atingido foi melhor que o expectável, pois o seu valor foi inferior ao previsto em 1.264.819,26 €. Salienta-se que no PSF não foi previsto qualquer valor para provisões para processos judiciais em curso, que no final de 2014 totalizaram o montante de 1.744.979,97 €.

Quadro n. 18 - Balanço

ACTIVO		Ativo Líquido	Previsto PSF	Grau de Execução	Desvio
	Imobilizado	68.067.800,32	70.099.619,96	97 %	-2.031.819,64
	Bens de domínio público	23.945.330,74	22.842.853,32	105 %	1.102.477,42
451	Terrenos e recursos naturais	44.822,00		0%	44.822,00
452	Edifícios			0%	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	11.646.681,26	12.998.411,93	90%	-1.351.730,67
455	Bens do património histórico, artístico e cultural			0%	0,00
459	Outros bens de domínio público	189.824,71		0%	189.824,71
445	Imobilizações em curso	16.600.029,46	15.134.660,84	110%	1.465.368,62
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público			0%	0,00
485	Amortizações Acumuladas	4.536.026,69	5.290.219,45	86%	-754.192,76
	Imobilizações incorpóreas	314.579,20	198.169,57	159 %	116.409,63
431	Despesas de instalação			0%	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento		7.273,91	0%	-7.273,91
433	Propriedade industrial e outros direitos			0%	0,00
439	Outras imobilizações incorpóreas		29.095,65	0%	-29.095,65

443	Imobilizações em curso	314.579,20	171.132,60	184%	143.446,60
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas			0%	0,00
485	Amortizações Acumuladas		9.332,59	0%	-9.332,59
	Imobilizações corpóreas	40.025.487,44	43.276.194,13	92%	-3.250.706,69
421	Terrenos e recursos naturais	3.753.830,62	2.636.271,98	142%	1.117.558,64
422	Edifícios e outras construções	16.516.857,71	24.300.558,96	68%	-7.783.701,25
423	Equipamento básico	2.409.172,71	2.210.505,88	109%	198.666,83
424	Equipamento de transporte	1.925.096,92	1.877.357,05	103%	47.739,87
425	Ferramentas e utensílios	625.338,40	557.482,99	112%	67.855,41
426	Equipamento administrativo	1.825.578,88	1.930.345,32	95%	-104.766,44
427	Taras e vasilhame			0%	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	342.508,01	1.029.338,48	33%	-686.830,47
442	Imobilizações em curso	23.061.658,51	19.216.745,89	120%	3.844.912,62
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas			0%	0,00
485	Amortizações Acumuladas	10.434.554,32	10.482.412,42	100%	-47.858,10
	Investimentos financeiros	3.782.402,94	3.782.402,94	100%	0,00
411	Partes de capital	3.782.402,94	3.782.402,94	100%	0,00
412	Obrigações e títulos de participação			0%	0,00
414	Investimentos em imóveis			0%	0,00
415	Outras aplicações financeiras			0%	0,00
441	Imobilizações em curso			0%	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros			0%	0,00
	Circulante	4.302.857,31	4.756.459,75	90%	-453.602,44
	Existências	463.844,94	132.760,58	349%	331.084,36
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	463.844,94	89.988,57	515%	373.856,37
35	Produtos e trabalhos em curso			0%	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0%	0,00
33	Produtos acabados e intermédios			0%	0,00
32	Mercadorias		42.772,01	0%	-42.772,01
37	Adiantamentos por conta de compras			0%	0,00
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)	0,00	0,00	0%	0,00
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo	0,00	0,00	0%	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:	1.796.516,27	3.439.445,51	52%	-1.642.929,24
28	Empréstimos concedidos			0%	0,00
211	Clientes c/c			0%	0,00
212	Contribuintes c/c	929.348,30	1.140.176,11	82%	-210.827,81
213	Utentes c/c	9.913,63	299.229,38	3%	-289.315,75
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	267.261,35	266.404,94	100%	856,41
251	Devedores pela execução do orçamento			0%	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores			0%	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			0%	0,00
24	Estado e outros entes públicos	71.094,02	81.895,38	87%	-10.801,36
264	Administração autárquica			0%	0,00
	Outros devedores	518.898,97	1.651.739,70	31%	-1.132.840,73
	Títulos negociáveis:	0,00	0,00	0%	0,00
151	Ações			0%	0,00
152	Obrigações e títulos de participação			0%	0,00
153	Títulos de dívida pública			0%	0,00
159	Outros títulos			0%	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria			0%	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:	1.443.307,57	1.112.261,63	130%	331.045,94
12	Depósitos em instituições financeiras	1.440.780,46	1.107.261,63	130%	333.518,83

11	Caixa	2.527,11	5.000,00	51%	-2.472,89
	Acréscimos e diferimentos:	599.188,53	71.992,03	832%	527.196,50
271	Acréscimos de proveitos	557.928,78		0%	557.928,78
272	Custos diferidos	41.259,75	71.992,03	57%	-30.732,28
Total Ativo Líquido		72.370.657,63	74.856.079,71	97%	-2.485.422,08
Fundos Próprio e Passivo		Valor	Previsto PSF	Grau de Execução	Desvio
	Fundos próprios	23.834.831,47	24.055.434,30	99%	-220.602,83
51	Património	17.025.618,43	15.663.150,59	109%	1.362.467,84
55	Ajustamento de partes de capital em empresas			0%	0,00
56	Reservas de reavaliação			0%	0,00
	Reservas	2.398.322,65	1.242.834,52	193%	1.155.488,13
571	Reservas legais	1.131.705,80	1.110.639,02	102%	21.066,78
572	Reservas estatutárias			0%	0,00
573	Reservas contratuais			0%	0,00
574	Reservas livres			0%	0,00
575	Subsídios	95.892,50	95.892,50	100%	0,00
576	Doações	1.170.724,35	36.303,00	3225%	1.134.421,35
577	Reservas decorrentes de transferências de activos			0%	0,00
59	Resultados transitados	2.867.510,95	5.034.903,83	57%	-2.167.392,88
88	Resultado líquido em exercício	1.543.379,44	2.114.545,36	73%	-571.165,92
	Passivo	48.535.826,16	49.800.645,42	97%	-1.264.819,26
292	Provisões para riscos e encargos	1.744.979,97		0%	1.744.979,97
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)	14.419.912,69	14.572.357,17	99%	-152.444,48
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	14.419.912,69	14.572.357,17	99%	-152.444,48
227	Fornecedores - contratos futuros			0%	0,00
2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros			0%	0,00
268	Credores diversos - contratos futuros			0%	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo	8.608.353,76	8.431.679,82	102%	176.673,94
2311	Empréstimos de curto prazo			0%	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas			0%	0,00
221	Fornecedores c/c	6.792.944,28	5.704.527,59	119%	1.088.416,69
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	71.298,09	4.046,52	1762%	67.251,57
252	Credores pela execução do orçamento			0%	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			0%	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	865.866,05	451.618,27	192%	414.247,78
24	Estado e outros entes públicos	92.456,79	74.424,55	124%	18.032,24
264	Administração autárquica			0%	0,00
	Outros credores	91.983,58	1.427.617,77	6%	-1.335.634,19
	Garantias e Cauções	693.804,97	769.445,12	90%	-75.640,15
	Acréscimos e diferimentos:	23.762.579,74	26.796.608,43	89%	-3.034.028,69
273	Acréscimos de custos	1.335.650,13		0%	1.335.650,13
274	Proveitos diferidos	22.426.929,61	26.796.608,43	84%	-4.369.678,82
Total dos Fundos Próprios e do Passivo		72.370.657,63	73.856.079,72	98%	-1.485.422,09

6.3 - Demonstração de Resultados

O resultado líquido do exercício foi inferior ao valor previsto no PSF, pois apesar dos custos apresentarem um valor inferior ao projetado, os proveitos também foram inferiores. Salienta-se que

o valor das transferências foi o que mais superou o valor expectável, tendo ficado abaixo do previsto em 1.711.467,66 €.

Do lado dos proveitos, os impostos e taxas superaram o valor previsto em 1.108.998,76 €, mas as vendas e prestações de serviços, bem como as transferências obtidas foram bastante inferiores ao valor previsto.

Quadro n.º 19 – Demonstração de Resultados

Descrição	Valor	Previsto PSF	Grau de Execução	Desvio
Custos e Perdas	16.864.477,60	17.226.103,23	98%	-361.625,63
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1.465.335,97	1.467.035,98	100%	-1.700,01
Fornecimentos e serviços externos	4.897.869,75	3.888.632,66	126%	1.009.237,09
Custos com pessoal	6.354.631,30	6.400.361,43	99%	-45.730,13
Transferências e subsídios	693.375,98	2.404.843,64	29%	-1.711.467,66
Amortizações do exercício	1.177.798,62	1.358.435,88	87%	-180.637,26
Provisões do exercício	530.987,40	0,00	0%	530.987,40
Outros custos operacionais	64.094,10	82.734,77	77%	-18.640,67
Custos e perdas financeiros	884.040,76	717.782,26	123%	166.258,50
Custos e perdas extraordinários	796.343,72	906.276,61	88%	-109.932,89
Proveitos e Ganhos	18.407.857,04	19.340.648,59	95%	-932.791,55
Vendas e prestações de serviços	1.935.028,57	3.346.166,30	58%	-1.411.137,73
Impostos e taxas	3.992.728,26	2.883.729,50	138%	1.108.998,76
Trabalhos para a própria entidade	12.502,70			
Proveitos Suplementares	3.383,43	853.188,80	0%	-849.805,37
Transferências e subsídios obtidos	10.712.423,57	12.123.904,00	88%	-1.411.480,43
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.104.162,24	133.468,51	827%	970.693,73
Proveitos e ganhos financeiros	17.905,44		0%	17.905,44
Proveitos e ganhos extraordinários	629.722,83	191,48	328871%	629.531,35
Resultado Líquido do Exercício	1.543.379,44	2.114.545,36	73%	-571.165,92

6.4 - Endividamento

Relativamente ao endividamento, cumpre esclarecer que a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, modificou o regime do endividamento municipal, alterando a forma de cálculo do limite de endividamento bem como o cálculo da dívida. No entanto, conforme mencionado anteriormente, o artigo 86.º da mesma Lei, determina que *para os contratos de saneamento e reequilíbrio existentes à data de entrada em vigor da presente lei, bem como para os planos de ajustamento previstos na Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, aplicam-se as disposições constantes da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho,*

considerando que o PSF foi aprovado pela Assembleia Municipal e visado pelo Tribunal de Contas antes da entrada em vigor deste novo diploma legal e que as metas traçadas a nível de endividamento no estudo foram calculadas à luz do anterior regime, o calculo de endividamento para efeitos de acompanhamento do PSF apresenta-se de acordo com a Lei n.º 2/2007.

O quadro que se segue é demonstrativo da situação do endividamento líquido e de médio e longo prazo, reportada exercício económico de 2014, estabelecendo-se a comparação com o valor previsto no PSF.

Quadro n.º 20 – Endividamento

Designação	Montante	Previsto	Varição
Total endividamento bancário curto prazo	0,00	0,00	0,00
Empréstimos de curto prazo não amortizados até 31 de Dezembro do ano em causa	0,00	0,00	0,00
Capital em dívida de médio e longo prazo	15.865.475,63	15.681.892,32	183.583,31
Total endividamento líquido	18.487.751,24	17.554.350,11	933.401,13
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazo	584.230,77	650.999,94	-66.769,17
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento líquido	-244.403,72	269.538,01	-513.941,73
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo excepcionados dos limites de endividamento	95.359,66	104.677,88	-9.318,22
Dívidas à EDP 1988	0,00	0,00	0,00
Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar	16.354.346,74	16.228.214,38	126.132,36
Endividamento líquido a considerar	18.147.987,86	17.719.210,24	428.777,62

Limites de Endividamento

Designação	Montante	Previsto
Endividamento de curto prazo	1.218.779,41	1.218.119,15
Endividamento de médio e longo prazo	12.187.794,07	12.181.191,54
Endividamento Líquido	15.234.742,59	15.226.489,43

Situação Face aos Limites

Designação	Montante	Previsto	Varição
Endividamento de médio e longo prazo	Excesso	4.166.552,67	4.047.022,84
	Margem		
Endividamento Líquido	Excesso	2.913.245,27	2.492.720,81
	Margem		

Conforme se pode verificar, o endividamento tem sofrido uma forte diminuição, relembra-se que no final do exercício de 2013, o endividamento líquido era de 20.586.208,47 €, o que significa que houve uma diminuição de 2.438.220,61 €.

Relembra-se que no final de 2013, o valor do endividamento líquido ultrapassava o montante previsto no PSF em 2.866.998,23, no final de 2014, como se pode verificar pelo quadro supra a variação é de apenas 420.524,46 €.

Mirandela, 20 de abril de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal;

António José Pires Almor Branco

O Vice-Presidente da Câmara Municipal;

Rui Fernando Moreira Magalhães

A Vereadora em Regime de Tempo Inteiro;

Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo

O Vereador em Regime de Tempo Inteiro;

Manuel Carlos Pereira Rodrigues

O Vereador em Regime de Não Permanência;

José Manuel Correia de Moraes

O Vereador em Regime de Não Permanência;

João Maria Casado Figueiredo

O Vereador em Regime de Não Permanência;

Carlos Fernando Avelens Freitas